

Quem disse ?

«Privatização da RTP1 seria tremendo erro»

Alberto Arons de Carvalho
Público, 24 de Julho

ÓRGÃO OFICIAL DO PARTIDO SOCIALISTA

Nº1074 • 27 JULHO 2000 • SEMANAL • 100\$ - 0,5 €



Director Fernando de Sousa

Internet: <http://www.partido-socialista.pt/partido/imprensa/as/> E-mail: Accao.Socialista@partido-socialista.pt



NAS BANCAS

Fernando Gomes anuncia

Mais 400 polícias para Lisboa e 200 para o Porto

Cerca de 400 dos 1100 agentes da PSP incorporados no passado dia 14 vão reforçar a segurança na região de Lisboa, sendo outros 200 destacados para o Porto, anunciou o ministro da Administração Interna.

Falando na cerimónia de encerramento do curso da Escola Prática da PSP, Fernando Gomes justificou o reforço de agentes em Lisboa e Porto por serem as mais atingidas pelo aumento da criminalidade.

Será igualmente reforçado o Corpo de Intervenção, se bem que o ministro não tenha divulgado o número de novos efectivos.

Na mesma cerimónia, o primeiro-ministro sustentou que as novas incorporações na PSP e na GNR têm permitido o rejuvenescimento das forças de segurança e ao mesmo tempo criam condições para apoiar a formação das polícias municipais.

Ao curso de novos agentes concorreram 8358 candidatos, foram admitidos 1157 (dos quais mais de metade tem o 11º ano de escolaridade ou mais) e terminaram o curso com aproveitamento 1110, sendo 85 mulheres. O curso teve a duração de um ano, com 1050 horas de instrução em matérias que foram da deontologia policial ao português, inglês, psicossociologia, educação para a cidadania, direito penal, socorrismo, comunicações e informática.

Terminadas as cerimónias e desfeita a formatura, o primeiro-ministro deteve-se longamente na parada da Escola de Polícia para, sob um sol abrasador cumprimentar, uma a uma, centenas de membros das famílias dos novos agentes que ali se encontravam.

Muitas foram as pessoas que fizeram questão de serem fotografadas ao lado de Guterres, para o que pediam o contributo de parentes, amigos ou até de personalidades da comitiva do primeiro-ministro.

100º aniversário de Fernando Valle

Um médico dedicado Um político com princípios e valores

O Cine-Teatro Alves Coelho, em Arganil, vai ser palco, no dia 29 de Julho, pelas 21 e 30, de um espectáculo de homenagem ao camarada Fernando Valle, presidente honorário do PS, na passagem do seu centésimo aniversário, que constará de uma representação da peça «Terra Firme», de Miguel Torga, pelo Teatro Experimental de Cascais. Ainda no âmbito da homenagem ao camarada Fernando Valle, António Arnaut fará a apresentação no auditório municipal, pelas 18 e 30, da obra «Torga – o bicho religioso», de Carlos Carranca.



Liberdade de Expressão

TEXTOS DE:

Alberto Arons de Carvalho
Guilherme d'Oliveira Martins
Helena Roseta
Luís Patrão
Mário Soares
Manuel Alegre
José Medeiros Ferreira

Parlamento

Saúde

Nova política para medicamentos



O Executivo socialista aprovou, no passado dia 20, um conjunto de diplomas na área da Saúde, relativos à política do medicamento, tornando-os mais acessíveis, revendo e simplificando o regime de comparticipação pelo Estado e reorganizando as estruturas da farmácia hospitalar, em ordem a uma maior eficácia, com ganhos para os utentes.



Criminalidade e segurança

A recente vaga de assaltos tem vindo a provocar na opinião pública um alarmismo algo despropósito. Estes graves acontecimentos têm sido ampliados pela comunicação social e exageradamente deturpados pela oposição, ansiosa de protagonismo.

Não é por se gritar mais alto, nem sequer por apresentar estatísticas manipuladas que se tem razão. Infelizmente, a violência sempre existiu. É um problema das sociedades modernas, e o facto de vivermos num Estado mais ou menos policiado nunca impediu a sua existência ou propagação.

Por isso, este problema não se resolve apenas pelo número de agentes policiais na rua – não podemos cair nas palavras fáceis de um polícia para cada cidadão. Trata-se de um problema muito mais profundo, para o qual as soluções de cartola, mais uma vez, não se adequam.

É um facto que a violência a que temos assistido nos últimos dias se reveste de novas formas, para as quais, possivelmente, não estávamos ainda suficientemente despostos, mas isso não significa colocar em causa todo o trabalho que se tem vindo a fazer nesta área nos últimos anos.

Quando a oposição descarrega a sua verborreia sobre a polícia ou sobre os tribunais, não faz mais do que ampliar o sentimento de insegurança dos cidadãos e fragilizar a capacidade de intervenção da própria polícia.

A segurança é hoje um problema que ultrapassa o conceito da existência de mais ou menos polícias - a este propósito recorde-se que, nos últimos cinco anos, a Polícia viu o seu contingente reforçado em mais 10 mil novos elementos -, trata-se de um problema que envolve toda a sociedade e para o qual é imprescindível o contributo de todos, tanto os que têm uma responsabilidade directa, como os que querem ser protegidos.

Para isso torna-se necessário agir com firmeza e determinação, quer no combate à criminalidade, quer na eliminação das suas próprias causas. E isso passa, essencialmente, pela integração social dos grupos de risco, por uma maior escolaridade, por uma melhor educação e sobretudo por uma maior e mais ampla cidadania.

Mas a segurança passa também pela assimilação de um conjunto de novos hábitos e práticas sociais que desincentivem a prática de actos criminosos e, sobretudo, do pequeno crime de ocasião. E isso começa em cada um de nós...



PS NÃO ACEITA LIÇÕES DE LIBERDADE

«Ninguém tem o monopólio do 25 de Abril», titulava o «AS» na sua primeira página da edição de 29 de Julho de 1982, numa notícia sobre uma tomada de posição da Comissão Nacional do PS, que tinha estado reunida durante um fim-de-semana, sobre o então actual momento político.

Numa indirecta ao PCP, a Comissão Nacional do PS reafirmava, no comunicado, que «não há monopólios do espírito do 25 de Abril», acrescentando que «o PS, que sempre combateu pela democracia, antes e depois do 25 de Abril, não aceita lições de liberdade e de democracia seja de quem for».

No comunicado, a Comissão Nacional do PS, órgão máximo entre congressos, rejeitava ainda pressões sobre o partido e voltava a exigir a dissolução da Assembleia da República.

J. C. C. B.

29 de Julho

Quem disse?

«Não há democracia sem partidos»
Almeida Santos



Segurança Resposta forte para nova criminalidade

O primeiro-ministro, António Guterres, disse, no dia 20, que os novos tipos de criminalidade que têm vindo a revelar-se, sobretudo na Grande Lisboa, exigem «uma resposta mais intensa e forte».

«Estamos a enfrentar algumas situações na grande Lisboa que são novas pela sua natureza, o que exige uma resposta mais intensa e mais forte», afirmou.

«Por isso mesmo trabalhei hoje com o ministro da Administração Interna e, na sequência da exposição que ele fez ao Conselho de Ministros, ficou decidido que, em conjunto com as forças de segurança, vai ser preparado para aplicação imediata, se possível, um programa especial de reforço do policiamento nas zonas de risco da grande Lisboa», acrescentou.

Esse programa será especialmente orientado «para essas novas formas de criminalidade para as quais o País não estava habituado e às quais é preciso dar agora uma resposta firme e extremamente dura», referiu.



Trata-se de «formas de criminalidade relativamente novas em relação aos padrões tradicionais da criminalidade em Portugal», explicou ainda Guterres, que respondia a perguntas dos jornalistas, depois de inaugurar a sede do Instituto Camões. Recorde-se que na madrugada da passada quinta-feira um grupo de seis a sete indivíduos de origem africana assaltou três bombas de gasolina, duas na auto-estrada de Cascais e uma na CREL.

Justiça Reforçar capacidade de atendimento

O novo provedor de Justiça anunciou, na passada sexta-feira, dia 21, a intenção de reforçar a capacidade de atendimento dos serviços da Provedoria em Lisboa, nos Açores e na Madeira.

Falando à saída de uma audiência com o primeiro-ministro, Nascimento Rodrigues defendeu a alteração da Lei Orgânica da Provedoria de Justiça, de forma a que os funcionários possam atender o público até final da tarde. Para isso o substituto de Menéres

Pimentel diz necessitar de mais meios financeiros.

O regime que propõe para a Provedoria é – precisou – semelhante ao que já vigora para os funcionários da Procuradoria-Geral da República e dos tribunais de Contas e Constitucional. Na sua primeira audiência com António Guterres, Nascimento Rodrigues defendeu ainda o reforço das extensões da Provedoria criadas há três anos nos Açores e este ano na Madeira.

Valle apoia recandidatura de Sampaio

Foi um encontro de cerca de 45 minutos de dois velhos amigos. Foi um encontro emocionante, em Arganil, de dois insígnies democratas: Fernando Valle e Jorge Sampaio.

O camarada Fernando Valle, que faz 100 anos no próximo domingo, defende que Jorge Sampaio deve recandidatar-se a um segundo mandato. No final de uma visita que o Presidente da República lhe fez na sua casa de Coja, Arganil, o presidente honorário do PS considerou que Sampaio volta a ser o «melhor candidato» a apoiar pelo PS nas próximas eleições presidenciais.

Jorge Sampaio, por sua vez, teve elogios à acção cívica e política de Fernando Valle,



que «sempre defendeu os valores da fraternidade e da democracia».

«Acção Socialista» de férias

Como é habitual nesta época do ano, o «Acção Socialista» irá suspender durante Agosto, a sua publicação, retomando em Setembro o contacto com os nossos leitores.

FERNANDO VALLE

100º aniversário

UM MÉDICO DEDICADO UM POLÍTICO COM PRINCÍPIOS E VALORES

O Cine-Teatro Alves Coelho, em Arganil, vai ser palco, no dia 29 de Julho, pelas 21 e 30, de um espectáculo de homenagem ao camarada Fernando Valle, presidente honorário do PS, na passagem do seu centésimo aniversário, que constará de uma representação da peça «Terra Firme», de Miguel Torga, pelo Teatro Experimental de Cascais. Ainda no âmbito da homenagem ao camarada Fernando Valle, António Arnaut fará a apresentação no auditório municipal, pelas 18 e 30, da obra «Torga – o bicho religioso», de Carlos Carranca.

Fernando Baeta Cardoso do Valle nasceu na Cerdeira (Coja), no concelho de Arganil, a 30 de Julho de 1900, oriundo de uma família de médicos e onde bebeu os ideais republicanos desde criança.

Na sua terra exerceu a actividade clínica desde 1926, após concluir a licenciatura em Coimbra. Foi médico municipal e delegado de saúde, funções de que foi demitido por Salazar.

Graciosamente continuou a tratar os pobres, na misericórdia e em clínica liberal, durante 50 anos.

Galardoado com a Ordem da Liberdade (Grande Oficial) e Ordem de Mérito (Grã-Cruz), Fernando Valle, ainda enquanto estudante de Medicina na Universidade de Coimbra, participou nas lutas reivindicativas e progressistas da Academia.

Integrou as comissões de candidatura à Presidência da candidatura de Norton de Matos, Quintão de Meireles e de Humberto Delgado.

Em 1962, foi candidato a deputado pelo Círculo de Coimbra pela Oposição Democrática. Pertenceu à Frente Patriótica de Coimbra, embora sem ser comunista, e uma cilada montada por um colega do grupo levou-o à prisão do Aljube, durante cerca de três.

Foi também militante e dirigente do MUD, Aliança Republicana e Socialista e Acção Socialista. As actividades oposicionistas ao regime ditaram a sua detenção pela PIDE e obrigaram-no a julgamentos, em diversos momentos.

Foi uma das 27 figuras que, em 1973, fundou na Alemanha o Partido Socialista, organização que, sob a liderança do seu amigo Mário Soares, pretendia no quadro de uma democracia pluralista pretendia uma ruptura com a estrutura capitalista, de forma a construir uma sociedade mais justa, fraterna e igualitária.

Depois do 25 de Abril, foi governador civil de Coimbra, «obrigado de certa maneira por Mário Soares», um cargo que desempenhou entre 1976 e 1980. Logo após a «Revolução dos Cravos», foi



presidente da comissão administrativa da Câmara Municipal de Arganil.

A autarquia que o viu nascer, e onde desenvolveu grande parte da sua actividade profissional e cívica, galardoou-o com a Medalha de Ouro do Concelho de Arganil.

A Ordem dos Médicos criou recentemente o Prémio Dr. Fernando Valle, destinado a distinguir o trabalho dos clínicos gerais, um galardão que particularmente o sensibilizou, por o ver como uma homenagem à forma como desenvolveu a actividade em benefícios dos desprotegidos.

Em Arganil, além de médico municipal e subdelegado de saúde, exerceu também o cargo de director clínico do Hospital Condessa das Canas.

Neste concelho fundou o posto médico de Assistência Folques, onde os cuidados prestados foram sempre gratuitos.

Da sua actividade cívica e associativa

destaca-se também a fundação da Sociedade Recreativa Argus, de que resultou mais tarde a Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários Argus, aglutinando todas as associações existentes em Arganil.

Após a morte do camarada Tito de Moraes, em Dezembro de 1999, foi escolhido para novo presidente honorário do Partido Socialista.

Sobre esta distinção, disse: «Não ligo nada a isso, e até fico aborrecido.»

Adiantou que só não disse que não à sua indicação porque viu em alguns daqueles que pensaram em si um gesto de amizade e de reconhecimento.

Um século a sonhar com uma sociedade fraterna

O fundador do Partido Socialista Fernando Valle, referência moral de todos os socialistas, afirma que foi a capacidade

de sonhar que lhe permitiu alcançar um século de vida, porque, como Fernando Pessoa dizia, «sonhar é coisa que encanta». «Se não sonhasse já teria morrido, com certeza», afirma o médico e presidente honorário do PS.

Este sonho transpõe-no para uma sociedade mais fraterna, que ambiciona, e também para o seu partido, que ajudou a fundar em 1973 na Alemanha, «porque, evidentemente, sonha-se sempre com uma coisa melhor, pois há sempre uma grande diferença do ideal para a prática».

«É um sonho de esperança. Para mim é certeza. O meu sonho é o sonho de Martin Luther King, bonito», confessa, com emoção na voz e no olhar.

Um dos sonhos dele - acrescenta - dizia: «Eu sonhei que um dia os homens acabavam por se erguer conscientes de que foram criados para se entender uns com os outros e que a palavra fraternidade deixe de ser uma palavra de oração para representar, com todo o peso que comporta, uma realidade».

«Eu também penso assim. Há pouco tempo, quando estive doente, tive a noção de que esse sonho é possível. Fui tratado com tal fraternidade por todas as pessoas, que acredito que o sonho do Luther King vai ser realidade», acentua.

Confessa-se homem de esperança, com a «convicção certa de que as coisas vão mudar para uma sociedade mais perfeita». «Não terei oportunidade de assistir a isso, mas estou atento à evolução nesse sentido», sublinha Fernando Valle, convicto de que o século XXI será o século da fraternidade, depois de o XIX ser o da liberdade e o XX o da proclamação da igualdade.

Para o médico dos pobres, como é conhecido no seu concelho, o século XX mundializou os valores do capitalismo, concentrando a riqueza num mais reduzido número de pessoas, e acentuou o individualismo, mas está convicto que esta situação mudará.

«Se houve possibilidades de mundializar os negócios, também se mundializa a reacção, a resistência e o descontentamento, e isso está a fazer-se. A concentração da riqueza e a miséria e a fome a aumentar é uma coisa artificial, que não se pode aguentar», diz.

Em relação à comemoração dos seus 100 anos, dia 30, diz que não espera honrarias e que «a dignidade não é recebê-las, é merecê-las».

«Eu penso que quem cumpre o seu dever não merece honrarias. A existência é um compromisso. O dever é um dever de vida», justifica.

Afirma que ao longo da vida fez o que pode, nunca se realizou em nada e também não fez o que desejava fazer.

«Bati-me sempre por coisas que iam além de mim e não olhei a sacrifícios. Fiz o que pude, e quem faz o que pode faz o que deve, como dizia o Torga», sublinha.

Fernando Valle a idade do século

Desde cedo me dei a admirar duas personalidades: Fernando Valle e Miguel Torga. Têm o que resta de um Portugal antigo, viril, de antes quebrar que torcer: a honra, a palavra de honra que os marca e nos guia pela vida fora. Mas, também, há nestes homens o idealismo, a capacidade de sonho, de revolta, de anunciar novos mundos – de serem arautos do Futuro.

De ambos fica-nos o humanismo universalista que marca o nosso povo. Ambos médicos, ambos cidadãos do mundo.

Torga escreveu das mais belas páginas das literaturas deste século, Valle das mais honradas páginas da história do socialismo democrático, aliás, do socialismo à portuguesa, nosso, torquiano.

Carlos Carranca

PELO PAÍS

Governação Aberta

ADMINISTRAÇÃO INTERNA

O ministro da Administração Interna anunciou, no dia 20, um reforço de 400 elementos da PSP e 200 da GNR na Área Metropolitana de Lisboa (AML), garantindo que os lisboetas sentiriam nos dias subsequentes a presença forte da guarda.



Fernando Gomes falava no final de uma reunião com os comandantes da PSP e GNR e com os presidentes de 12 juntas de freguesia da AML, marcada quinta-feira de emergência, após os assaltos ocorridos na madrugada daquele dia, à mão armada, a três bombas de gasolina e outro à atriz Lídia Franco, em plena CREL, pelo mesmo grupo de sete indivíduos.

A reunião foi pedida por Fernando Gomes, que foi mandatado pelo Governo para, em conjunto com as forças de segurança, preparar e executar de imediato um Programa Excepcional de Reforço do Policiamento nas Zonas de Risco da AML. Os 600 novos elementos policiais da PSP e GNR, que concluíram a sua formação na semana passada, vão reforçar a vigilância das «áreas de risco» de Lisboa, onde vai ser visível «uma presença mais forte» da autoridade para dissuadir o crime, disse o ministro Fernando Gomes.

AMBIENTE

A promoção de acções de educação ambiental dirigidas aos cidadãos, autarcas e industriais, incutindo o sentido de responsabilidade nesta área, será a travessura de actuação da nova presidente do Instituto de Promoção Ambiental (Ipamb), empossada no dia 21.

Para Gabriela Borrego, a educação ambiental será a prioridade do Ipamb, a uma tarefa que encara como um desafio e que espera concretizar com a equipa existente. «É uma intervenção fundamental para levar à responsabilidade ambiental de todos», realçou à Comunicação Social no final da cerimónia de posse, na qual assumiram os seus cargos a nova presidente do Instituto de Resíduos, Dulce Pássaro, e a directora e subdirectora regional do Ambiente e Ordenamento do Território de Lisboa e Vale do Tejo, Fernanda Castor Teixeira e Mabel Tavares da Silva, respectivamente.

As substituições, segundo o ministro do Ambiente, surgem na sequência da nova lei orgânica e novas competências da rua

do Século, que passou a incluir o ordenamento do território, sendo por isso normal proceder-se a reestruturções.



José Sócrates não quis deixar de tecer elogios às equipas cessantes, avaliando positivamente os «três grandes profissionais» (José Manuel Alho, Lobato Faria e Joaquim Capucho) que cessam funções, salientando ao mesmo tempo «o privilégio de, como amigo, ter com eles trabalhado».

DEFESA

O ministro da Defesa, Castro Caldas, admitiu sexta-feira que uma profissionalização integral das Forças Armadas poderá acontecer mais cedo do que se previa.



Durante uma visita ao Aeródromo de Manobra n.º1 da Força Aérea em Maceda, Ovar, o ministro referiu que a expectativa de melhoria das condições e incentivos levou a que os voluntários e os militares em regime de contrato se mantivessem nas fileiras mais tempo do que o previsto.

«É positivo e significa que eventualmente teremos capacidades de atingir os limites previstos mais cedo do que se possa pensar», concluiu.

O governante lembrou ainda que o ramo da Força Aérea já não tem serviço militar obrigatório há mais de seis anos, «demonstrando uma eficiência em termos de pessoal que pode ser exemplo para todos os outros ramos das Forças Armadas».

«Até Dezembro de 2003 vamos manter militares em regime de voluntariado e de contrato e militares em regime de serviço militar obrigatório», disse, acrescentando que a reestruturação das Forças Armadas vai ser mais onerosa durante o período de transição.

DESPORTO

O secretário de Estado do Desporto, Vasco Lynce, defendeu, no dia 21, em Boticas, uma rigorosa aplicação das verbas do terceiro Quadro Comunitário de Apoio (III QCA), para a construção de infra-estruturas que se adaptem às regiões onde são construídas.



Vasco Lynce, que falava no decorrer da inauguração das piscinas municipais de Boticas, referiu que não podem ser construídas «infra-estruturas megalómanas», para as quais as autarquias depois não têm capacidade financeira para as administrar. O secretário de Estado afirmou ainda que, até 2006, todas os concelhos do País «têm de possuir piscinas cobertas e descobertas», um investimento a realizar no âmbito do III QCA. O responsável realçou, na ocasião, o papel importante que os complexos desportivos têm na melhoria da qualidade de vida das populações do interior do país e na fixação dos jovens nas zonas rurais pois, na sua opinião, aqueles equipamentos «funcionam como autênticos pólos de desenvolvimento».

EDUCAÇÃO

Cerca de nove milhões de contos é quanto o Governo vai investir entre 2000-2006 na aprendizagem ao longo da vida e na melhoria da empregabilidade da população activa, num programa que deverá abranger cerca de 2,4 milhões de adultos.

A informação foi avançada sexta-feira pelo ministro da Educação na conferência de imprensa de apresentação do ano lectivo 2000/2001.

Assim, para os próximos dois anos, o financiamento programado é de cerca de 2,5 milhões de contos, ao abrigo do PRODEP III. Cabe à ANEFA, instituto público com dupla tutela e superintendência dos ministros da Educação e do Trabalho e Solidariedade e que certifica e promove a formação básica para a população adulta, dar prosseguimento a este objectivo.

São alvo prioritário das acções os adultos e activos com habilitação igual ou inferior ao 9º ano de escolaridade, com idade entre 18 e 42 anos, ou com habilitações ao nível do 1º ciclo do ensino básico, com idade entre 43 e 52 anos.

O objectivo é a dinamização de ofertas formativas de curta duração, não só no quadro da ANEFA, mas também de outras instituições educativas, articulando a formação escolar e a formação qualificante.

O objectivo é a dinamização de ofertas formativas de curta duração, não só no quadro da ANEFA, mas também de outras instituições educativas, articulando a formação escolar e a formação qualificante.

EQUIPAMENTO

A Junta Metropolitana do Porto encontrou, no dia 21, uma nova solução para o concelho de administração da empresa Metro do Porto, que passará a ser constituído por sete elementos.



Esta solução foi revelada pelo camarada Mário de Almeida, presidente da Assembleia Geral da empresa Metro do Porto, após uma reunião deste órgão que contou com a presença do ministro do Equipamento, Jorge Coelho.

Os três elementos da comissão executiva são Oliveira Marques, Amorim Pereira e um terceiro que ainda será escolhido por Vieira de Carvalho, presidente da Junta Metropolitana do Porto, e Oliveira Marques e que será designado amanhã, na próxima assembleia geral da Metro do Porto.

Os restantes quatro elementos que do conselho de administração da empresa são Valentim Loureiro, Vieira de Carvalho do PSD, Nuno Cardoso e Manuel Seabra, do PS.

Para o ministro Jorge Coelho, «começa um novo ciclo na vida do metro», que resulta de «um esforço conjunto de todos, tendo como base o facto de se ter podido obter um consenso na criação de uma comissão executiva».

O metro do Porto, considerou, «é uma obra que está num excelente caminho, e que vai ficar na história da região e na dos protagonistas que a concretizam».

HABITAÇÃO

A secretária de Estado da Habitação, Leonor Coutinho, anunciou, no dia 20, em Pombal, que existem actualmente protocolos para erradicação das barracas em 164 concelhos do País.

Durante a cerimónia de assinatura do contrato entre o Instituto Nacional da Habitação (INH)

PELO PAÍS

Governança Aberta

e a Câmara de Pombal para realojamento de 64 famílias do concelho, Leonor Coutinho revelou que em 1999 foram concluídos 7200 fogos para erradicar habitações precárias.



A governante considerou que tem sido feito «o maior esforço para dar o máximo de condições de qualidade» aos bairros sociais, de tal forma que «os técnicos reconhecem que se faz habitação social em Portugal com uma qualidade média superior ao resto da habitação».

Leonor Coutinho salientou que não existem fundos comunitários para a habitação e «todo este esforço é feito com o apoio financeiro do Governo e das autarquias locais».

No Orçamento de Estado estão previstos 30 milhões de contos (150 milhões de euros) para o programa de erradicação de barracas e deverão ser construídos em 2000 e 2001 cerca de 20 mil novos fogos.

«Em princípio as Câmaras comprometeram-se a fazer mais, só que existem dificuldades e não conseguem respeitar os protocolos assinados», notou Leonor Coutinho.

SAÚDE

A ministra da Saúde, Manuela Arcanjo, disse, no dia 22, na Lourinhã, que «há dinheiro para os hospitais», argumentando que «não há nenhum hospital que tenha pedido reforço dos recursos financeiros ao ministério».



Manuela Arcanjo referia-se a uma notícia publicada recentemente no semanário «Expresso» onde se refere que «vários hospitais públicos estão a ficar sem dinheiro

para as despesas correntes».

A ministra apelou às direcções dos hospitais «para se dirigirem directamente a ministra da Saúde, porque há dinheiro e nunca foi negado nenhum pedido, em vez de se dirigirem aos jornais».

Manuela Arcanjo adiantou que tem sido feitos reforços financeiros e a prová-lo – ressaltou – está «um reforço de meio milhão de contos» autorizado sexta-feira para o hospital de Torres Novas.

A ministra prestou estas declarações depois da assinatura de um protocolo de construção de um novo Centro de Saúde na Lourinhã, que é o primeiro da região de Lisboa e Vale do Tejo a ser construído por uma Câmara Municipal, embora com verbas estatais.

O novo Centro de Saúde da Lourinhã esta orçado em 376 mil contos e a obra devera iniciar-se em Marco de 2001.

SEGURANÇA SOCIAL

O ministro do Trabalho e da Solidariedade, Ferro Rodrigues assegurou, no dia 21, em Braga, que a área social continua a ser prioritária para o Governo, embora o crescimento do orçamento anual do sector tenda a diminuir.



«Vamos manter esta área como prioritária, mas o esforço de contenção da despesa pública e do défice tem de ser acompanhado por todos os ministérios», referiu, argumentando ser impossível manter o ritmo de crescimento dos últimos anos na Segurança Social.

O governante falava aos jornalistas no final da cerimónia de inauguração oficial do Centro Cultural e Social de Santo Adrião, uma Associação Particular de Solidariedade Social, fundada em 1983, em Braga.

O ministro salientou que o esforço de qualificação em curso da despesa pública, que consiste em procurar realizar aquilo que é fundamental, não vai afectar obras de carácter social, com a importância do Centro Social de Santo Adrião.

Recordou que tinha visitado a instituição há dois anos e que a encontrou agora muito diferente, fruto do trabalho desenvolvido desde então: «para além de ter uma lógica intergeracional, está a trabalhar em áreas importantes para o desenvolvimento do apoio social em Portugal, como é o caso das crianças em risco».

CONSELHO DE MINISTROS

Reunião de 20 de Julho

O Conselho de Ministros aprovou:

- Um diploma que altera o decreto-lei que estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos;
- Um diploma que altera o decreto-lei que regula a autorização de introdução no mercado, o fabrico, a comercialização e a comparticipação de medicamentos de uso humano;
- Um diploma que reformula o decreto-lei n.º 29/97, de 23 de Janeiro, permitindo que as farmácias hospitalares dispensem medicamentos ao público em ocorrências de atendimento de urgência;
- Uma resolução que aprova o Plano de Reorganização da Farmácia Hospitalar;
- Um decreto-lei que estabelece um novo regime de actualização das pensões de aposentação do pessoal da carreira docente;
- Um decreto-lei que constitui a sociedade ViseuPolis, SA, Sociedade de Requalificação Ambiental e Urbana de Viseu, sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos;
- Um decreto-lei que estabelece o regime das contra-ordenações no âmbito da poluição do meio marinho nos espaços marítimos sob jurisdição nacional;
- Um resolução que prorroga o programa de apoio logístico e financeiro aos cidadãos guineenses previstos na resolução do Conselho de Ministros n.º 90/99, de 22 de Julho;
- Um deliberação que aprova a minuta do acordo de Reequilíbrio Financeiro (FRA VI) a celebrar entre o Estado e a Lusoponte – Concessionário da Travessia do Tejo, SA;
- Um decreto-lei que cria o sistema multimunicipal de triagem, recolha selectiva, valorização e tratamento de resíduos sólidos urbanos do Alto Tâmega, integrando como utilizadores originários os municípios de Botiças, Chaves, Montalegre, Ribeira de Pena, Valpaços e Vila Pouca de Aguiar e constitui a concessionária do sistema;
- Um decreto-lei que define e caracteriza a aguardente de medronho e estabelece as regras relativas ao seu acondicionamento e rotulagem;
- Um diploma que altera o artigo 46º do decreto-lei n.º 168/87, de 4 de Julho, que aprova o regime jurídico da instalação e do funcionamento dos estabelecimentos de restauração e de bebidas;
- Um diploma que adita substâncias psicotrópicas às tabelas anexas ao decreto-lei n.º 15/93, de 22 de Janeiro;
- Um decreto-lei que estabelece o regime específico aplicável a alimentos dietéticos destinados a fins medicinais específicos que como tal são apresentados ao consumidor e transpõe para a ordem jurídica interna a respectiva directiva comunitária;
- Um decreto-lei que transpõe para a ordem jurídica nacional a directiva europeia que fixa os princípios relativos à organização dos controlos veterinários dos produtos provenientes de países terceiros introduzidos no território comunitário;
- Um decreto-lei que adopta o método oficial de análise a utilizar na determinação do teor do lasalocido de sódio nos alimentos para animais e nas pré-misturas e transpõe para a ordem jurídica interna a directiva 1999/76/CE, da Comissão, de 23 de Julho;
- Um decreto-lei que transforma o Centro para a Conservação da Energia (CCE) na Agência para a Energia (Agen);
- Um decreto-lei que prorroga o prazo de instalação do Fundo de Apoio ao Estudante;
- Um diploma que altera os artigos 78º, n.º 2, alínea a), e 120º, n.º 1, alíneas a) e b), do decreto-lei n.º 265/72, de 31 de Julho, que aprovou o Regulamento Geral das Capitânias (RGC);
- Um decreto-lei que estabelece a regulamentação do Programa Operacional Pesca, bem como da componente pesca dos programas operacionais de âmbito regional, aplicável ao território do continente durante o período de vigência do Quadro Comunitário de Apoio para 2000-2006 (III QCA);
- Uma resolução que aprova, ao abrigo do artigo 37º da Lei n.º 49/99, de 22 de Junho, a equipa de missão para promover a elaboração do Código da Administração Autárquica;
- Uma resolução que ratifica uma alteração ao Plano Director Municipal de Constância;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano Director Municipal de Odemira;
- Uma resolução que ratifica parcialmente uma alteração ao Plano Director Municipal de Anadia;
- Uma resolução que ratifica parcialmente o Plano Director Municipal de Coruche;
- Uma resolução que ratifica as normas provisórias para a área a abranger pela revisão do Plano Director Municipal do Porto;
- Uma resolução que exonera Manuel Ramos de Sousa Sebastião do cargo de vogal do Conselho Directivo do Instituto de Seguros de Portugal;
- Um decretos-lei que autoriza a Imprensa Nacional – Casa da Moeda, SA, a cunhar uma moeda comemorativa alusiva ao Centenário da Morte de Eça de Queiroz com o valor facial de 500 escudos.

DESTAQUE – CM

Saúde

NOVA POLÍTICA PARA MEDICAMENTOS

O Executivo socialista aprovou, no passado dia 20, um conjunto de diplomas na área da Saúde, relativos à política do medicamento, tornando-os mais acessíveis, revendo e simplificando o regime de comparticipação pelo Estado e reorganizando as estruturas da farmácia hospitalar, em ordem a uma maior eficácia, com ganhos para os utentes.

Assim, na habitual reunião de Conselhos de Ministros, os governantes decidiram dar luz verde ao diploma que altera o decreto-lei n.º 118/92, de 25 de Junho, que estabelece o regime de comparticipação do Estado no preço dos medicamentos. Este diploma estabelece um novo escalão de comparticipação, aumenta a comparticipação do Estado no custo dos medicamentos genéricos, introduz um mecanismo que permite a negociação do custo e do tempo da comparticipação de determinados medicamentos, reformula os critérios de comparticipação e de descomparticipação e introduz o sistema



de reavaliação periódica dos medicamentos.

Na mesma reunião, o Governo decidiu alterar a legislação que regula a autorização

de introdução no mercado, o fabrico, a comercialização e a comparticipação de medicamentos de uso humano

O decreto-lei em questão visa introduzir novas regras para os medicamentos genéricos, tendo como propósito a promoção da produção, comercialização e do uso destes medicamentos, a redução dos encargos para o Serviço Nacional de Saúde com a comparticipação no seu preço e o correspondente benefício para os utentes, resultante da sua aquisição a menor custo.

O diploma introduz algumas inovações entre as qual se destaca a reformulação e reprodução das definições dos tipos de medicamentos e das matérias e substâncias que os constituem; a redefinição específica do medicamento genérico, exigindo-se a demonstração da bioequivalência com observância estrita das normas comunitárias; e o estabelecimento de novas regras para a identificação, a prescrição e a dispensa dos genéricos.

O genérico passa a ser identificado também pelo titular da autorização de introdução no mercado e pela sigla «M.G.», a por na embalagem.

No que respeita à dispensa, se o médico só indicar a substância activa, o farmacêutico deverá fornecer o medicamento genérico disponível mais barato.

Por último e ainda em matéria de Saúde, o Conselho de Ministros deu carta branca à reformulação do decreto-lei n.º 29/97, de 23 de Janeiro, permitindo que as farmácias hospitalares dispensem medicamentos ao público em ocorrências de atendimento de urgência.

O diploma aprovado vem permitir que as farmácias hospitalares, para além das situações excepcionais susceptíveis de comprometer o normal acesso aos medicamentos (já previstas no D/L n.º 29/97, de 23 de Janeiro) possam também ser autorizadas a dispensar medicamentos ao público em ocorrências de atendimento de urgência.

DESTAQUE – CM

Farmácia Hospitalar

SECTOR EM REORGANIZAÇÃO

O Conselho de Ministros aprovou, no passado dia 20, em Lisboa, uma resolução que aprova o Plano de Reorganização da Farmácia Hospitalar.

O XIV Governo Constitucional assumiu no seu Programa o compromisso de criar um sistema de saúde mais eficiente que preste melhores serviços e de qualidade reconhecida.

Para alcançar este objectivo, o Executivo considera «imprescindível» a adopção de medidas na área do medicamento destinadas a otimizar alguns dos aspectos do sistema de saúde que o tornem capaz de responder às necessidades dos cidadãos.

Nesta perspectiva, a administração socialista decidiu estabelecer um Plano de

Reorganização da Farmácia Hospitalar que congregue um conjunto de medidas visando otimizar, de uma forma abrangente e objectiva, até ao fim de Junho de 2003, uma gestão racional do circuito do medicamento nos hospitais em ordem a garantir o acesso ao medicamento em condições de segurança e a promoção de eficiência e eficácia no sistema hospitalar, com ganhos para o cidadão resultantes de uma maior qualidade na prestação de cuidados de saúde.

Os pilares essenciais deste Plano de Reorganização são:

- O desenvolvimento de um sistema de informação e gestão, indispensável para a farmácia hospitalar, integrando a prescrição informatizada, uma moderna gestão de stocks e a optimização da

gestão racional das terapêuticas, através da implementação de uma rede informática;

- A implementação de estruturas e de procedimentos na reorganização e funcionamento da farmácia hospitalar, que passam pela requalificação das infra-estruturas e adequação dos recursos humanos, estabelecendo-se, para o efeito, uma diferenciação em função dos níveis de especialização dos hospitais e áreas de intervenção;

- A definição de uma política de recursos humanos adequada, dotando a farmácia hospitalar de pessoal técnico, qualitativa e quantitativamente indispensáveis, visando uma correcta cobertura farmacêutica nos cuidados prestados ao cidadão;
- A introdução de um sistema de

acreditação da farmácia hospitalar, criando um sistema nacional baseado na certificação e acreditação da farmácia hospitalar que permita o reconhecimento da qualidade, aceitando o desafio imposto de modernização de gestão, adaptação às novas tecnologias e de uma abordagem global e integrada da política do medicamento voltada para a informação ao cidadão.

A execução deste Plano, dado o seu carácter interinstitucional e interdisciplinar e porque exige um acompanhamento imediato e contínuo das medidas e iniciativas a desenvolver, impõe, segundo o Governo, que se crie uma estrutura de projecto que integre um sistema participado de acompanhamento, monitorização e avaliação.

O PS CONTA CONSIGO Campanha Nacional de Angariação de Fundos

O SEU CONTRIBUTO PODERÁ SER EFECTUADO PARA AS SEGUINTESS CONTAS:

Nova Rede - Conta n.º 00237931010 - NIB 003300000023793101005

CGD - Conta n.º 0121001364130 - NIB 003501210000136413097

BES - Conta n.º 023654960002 - NIB 000700230065496000278



DEPUTADO PAULO PISCO

Medicinas não convencionais

COMPLEMENTARIDADE E TOLERÂNCIA



As medicinas alternativas, tradicionais, ou não convencionais – como são conhecidas a homeopatia, osteopatia, quiropráxia, acupuntura e a fitoterapia –, devem ser reconhecidas oficialmente.

É este o objectivo principal de uma petição apresentada, no passado dia 29 de Junho, na mesa da Assembleia da República, pela Federação Nacional de Associações de Medicinas Alternativas Naturais.

Na ocasião, o deputado socialista Paulo Pisco considerou que a consolidação das práticas terapêuticas não convencionais não deve ser encarada como atraso ou credência e sim como «um sinal de progresso e de respeito por opções de saúde diferentes».

«É impossível continuar a ignorar estas medicinas, não só por causa da crescente procura de que são alvo, mas acima de tudo, pela necessidade de assegurar a qualidade dos cuidados que são prestados e de impor regras em todo o sector que lhes está associado», disse.

Alertando para urgência de resolver a situação de semiclandestinidade em que vivem «milhares» de profissionais deste sector e, por conseguinte, os seus clientes, o parlamentar do PS defendeu que «o processo de regulamentação que em breve se iniciará deverá trazer dignidade para o exercício das medicinas não convencionais, mas também graus de exigência e de qualidade que agora, em muitos casos, não se verificam».

Neste sentido, o deputado socialista defendeu que «só com graus de exigência técnico científica e académica comparáveis

aos da medicina alopática (convencional), as medicinas não convencionais poderão ter a dignidade que há muito tempo, justificadamente, procuram».

Num recurso a exemplos europeus, Paulo Pisco reiterou a sua convicção de em tudo deve ser feito, também em Portugal, para que, com a regulamentação, as medicinas não convencionais possam ser encaradas na sua complementaridade com a medicina alopática, nos casos em que assim se justifique, «num espírito de entendimento e tolerância recíproca».

«Sem prejuízo do papel central que a medicina alopática desempenha no sistema de saúde, é tempo de compreender que existem outras soluções terapêuticas e que isso não só permite o inalienável direito a uma opção individual, como vai ao encontro de uma necessidade actualmente sentida pelas sociedades modernas», concluiu.

Comunidades portuguesas Reformulação da imagem e funcionamento dos consulados

Entretanto e passados meses sobre a eleição de dois deputados socialistas pelo Círculo da Europa, Paulo Pisco, na avaliação do trabalho feito, destacou as dificuldades detectadas a nível do ensino, segurança social e serviço militar.

Em entrevista, o deputado socialista fez um balanço «positivo» do trabalho realizado ao longo dos primeiros oito meses de actuação desde que foi eleito deputado do PS pelo Círculo da Europa.

Considerando o programa de Governo «ambicioso» e capaz de consubstanciar «uma nova forma de encarar a emigração»,

Paulo Pisco referiu que, desde a sua eleição, tem observado o comportamento do Governo em relação às comunidades portuguesas, além de se «inteirar sobre este assunto».

Estes meses «serviram também para continuar o trabalho realizado na anterior legislatura», afirmou o deputado, apontando como exemplo a reformulação global da imagem e funcionamento dos consulados portugueses espalhados pelo mundo, que contribuiu, disse, para melhorar a vida dos portugueses não-residentes.

Esta reestruturação faz parte de uma evolução que termina no início da próxima legislatura e transmite uma coerência nas políticas do Governo, salientou.

Continua a considerar fundamental a promoção dos jovens luso-descendentes que, na sua opinião, «dão visibilidade a uma nova faceta da emigração».

«Quando os jovens luso-descendentes ganham visibilidade, recuperam a auto-estima dos emigrantes da primeira geração, que sempre se sentiram marginalizados por terem emigrado em condições difíceis», argumentou.

Por outro lado, dá a conhecer uma nova faceta da emigração aos portugueses residentes em Portugal que ainda «têm alguns preconceitos em relação aos emigrantes».

«Quando esta geração se mostra sem complexos ajuda os portugueses a olharem de outra forma para a emigração», rematou. Para o deputado socialista, é fundamental que o conceito de igualdade seja aplicado na política de emigração, que é de natureza social e pretende que todos os portugueses sejam considerados de forma

igualitária.

É, segundo o parlamentar, este conceito tem tido a sua aplicação em termos equivalentes, tendo-se lançado para as comunidades portuguesas uma medida social idêntica e que consubstancia este conceito para todos os portugueses que residam ou não em Portugal.

Minorar os problemas relacionados com o associativismo

Minorar os problemas dos emigrantes relacionados com o associativismo, criar condições de regresso para os emigrantes e melhorar o ensino da Língua e cultura portuguesas continuam a ser peças-chaves no discurso de Paulo Pisco.

Relativamente às questões do ensino, a grande preocupação do deputado vai no sentido de «não existirem crianças sem aulas».

É preciso estudar novos modelos de ensino, utilizando novas tecnologias e – mais do que tudo – é preciso dar uma atenção permanente às comunidades portuguesas, realçou.

Para Paulo Pisco, também há muito a fazer na área do associativismo, mas considera que cabe às mais de 2000 associações portuguesas espalhadas pelos quatro cantos do mundo mostrar o seu dinamismo, que passa pela credibilidade dos seus projectos para desenvolver as suas actividades.

A nível governamental, é «importante que as associações quando discutem certas questões contactem os deputados pela emigração, porque a nossa função é estar junto dos portugueses e ouvir os seus problemas».

M.R. com J.C.C.B.

CIMEIRA

Presidentes de parlamentos

PARTICIPAÇÃO CONFIRMADA DE ALMEIDA SANTOS

Almeida Santos participará na primeira cimeira mundial de presidentes de parlamentos nacionais, que decorrerá a 30 de Agosto e 1 de Setembro na sede da ONU, em Nova Iorque, anunciou, no dia 21, em Genebra, a União Interparlamentar (UIP).

Um comunicado da UIP refere que 150 presidentes de parlamentos confirmaram já a sua participação na cimeira, incluindo o presidente da Assembleia da República portuguesa.

Os presidentes dos parlamentos de Angola, Roberto de Almeida, Guiné-Bissau, Jorge Malu, e São Tomé e Príncipe, Francisco Fortunato Pires, confirmaram igualmente a sua participação na cimeira,



que será inaugurada pelo secretário-geral das Nações Unidas, Kofi Annan.

A reunião destina-se a «fazer com que as vozes dos cidadãos, que os parlamentos representam, sejam ouvidas na ONU e, para tal, a declaração final da cimeira será enviada à Assembleia Geral».

«Os parlamentos possuem uma posição única para dotar a ONU do apoio político, humano e científico que permita actuar eficazmente e levar a cabo o seu mandato», declarou o presidente da UIP, o indiano Najma Heptulla, a propósito da cimeira.

Fundada em 1889, a UIP reúne 138 parlamentos nacionais (incluindo os que têm duas câmaras) e cinco associações parlamentares regionais.

ESPAÑA

Congreso do PSOE

ZAPATERO PROMETE NÃO DEFRAUDAR MUDANÇA TRANQUILA



O PSOE tem um novo líder. Chama-se José Luis Zapatero, ganhou a liderança por uma margem de apenas nove votos, tem 39 anos, e é da área social-liberal. É um factor de esperança, mas também de alguma inquietação face ao seu posicionamento ideológico próximo da Terceira Via (centrismo) de Tony Blair tão contestada no seio do movimento socialista e que, em nome de uma pretensa modernização da esquerda, outra coisa mais não é do que a sua descaracterização.

No discurso que proferiu no encerramento do XXXV Congresso do PSOE, o novo líder dos socialistas espanhóis, José Luis Rodríguez Zapatero, comprometeu-se a «não defraudar» com a sua promessa de «mudança tranquila», mas pediu tempo aos militantes porque deseja enfrentar este desafio «com calma e serenidade».

Na sua intervenção final de encerramento da reunião magna do PSOE - em que estiveram presentes, entre outros, Felipe González e Alfonso Guerra -, Rodríguez Zapatero, cuja direcção mereceu o apoio favorável de 90 por cento dos delegados, num clima de grande unidade, sublinhou que a «partir de hoje abre-se uma nova etapa» no partido.

Comprometeu-se a trabalhar desde já com «eficácia e disciplina» nesse processo de renovação e mudança e exigiu aos dirigentes regionais que procurem «pôr em ordem» as organizações respectivas.

Invocou o socialismo como «uma passagem entre a nostalgia e a esperança» e apelou aos socialistas espanhóis para acreditarem numa «uma nova esperança: a vitória eleitoral no ano 2004».

«A mudança começa hoje, não vamos

esperar as próximas eleições ou a estar no Governo central ou nos regionais para fazê-lo», advertiu Zapatero, que se comprometeu a exercer uma oposição «forte e eficaz embora sem ruído nem fúria».

Garantiu que o PSOE não praticará «nem a crispação nem a infâmia nem a fúria» e que os socialistas «não procurarão a destruição dos seus adversários porque eles também são parte séria desta sociedade».

Zapatero afirmou que com este congresso se colocou «em cima da hora o socialismo em Espanha», mas também advertiu que «fica muito por fazer porque um congresso não é um milagre nem uma miragem, é apenas o início de uma obra».

«Nenhum êxito virá se for com o fruto maduro do nosso empenho, porque hoje não fechamos uma velha etapa, mas abrimos uma nova», salientou o novo líder que se mostrou convencido de que com este congresso os socialistas deverão «recuperar a credibilidade que nasce da auto-estima, da confiança em si próprio, do orgulho do que somos».

Zapatero afirmou que nesta nova etapa «não sobra ninguém» e garantiu que contará «com todos».

Além da «mudança tranquila», do exercício de uma «oposição eficaz, leal, construtiva e útil para a sociedade», de «modernizar» o partido, e de protagonizar «um novo estilo de fazer política», entre as suas prioridades anunciou a exigência ao Governo de impulsionar um pacto de Estado em matéria de imigração, pois, frisou, trata-se de uma questão de «interesse geral».

O novo líder ofereceu consenso ao Governo para a luta contra o terrorismo e anunciou que as possíveis divergências as transmitirá ao Executivo com «discrição». Ao mesmo tempo propôs que o debate sobre o terrorismo e a erradicação da violência se situe «à margem do terreno estritamente eleitoral».

CIMEIRA

G-8

CLINTON ANUNCIA INICIATIVAS PARA PROMOVER EDUCAÇÃO NO TERCEIRO MUNDO

No Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, anunciou no dia 23, na cimeira do Grupo dos Oito (G-8), duas novas iniciativas para promover a educação e a saúde nos países em vias de desenvolvimento.

Essas iniciativas consistem num programa para conceder alimentação gratuita às crianças nas escolas e num aumento das ajudas à educação em locais com alto índice de trabalho infantil.

Bill Clinton anunciou esses programas no âmbito das medidas que o G-8 adoptou na reunião de Okinawa para favorecer o desenvolvimento.

Actualmente, cerca de 120 milhões de crianças em todo o mundo não frequentam a escola e várias centenas de milhões de outras assistem muito pouco ou em tão más condições que não chegam sequer a aprender a ler.

«Creio que podemos aumentar em milhões e milhões (o número de crianças nas escolas) dizendo a essas crianças e aos seus pais que lhes daremos uma refeição quente», disse o Presidente norte-americano.

O programa-piloto para dar às crianças alimentação gratuita nas escolas terá uma dotação norte-americana de 300 milhões de dólares, que se destinará ao envio para os países pobres de colheitas agrícolas excedentárias nos Estados Unidos, nomeadamente de soja, milho e trigo.

«A segurança de receber pelo menos uma

refeição nutritiva por dia aumenta a frequência à escola e, com isso, a educação, mas também a saúde dos alunos», declarou Bill Clinton durante uma reunião com o primeiro-ministro britânico, Tony Blair, antes do final da cimeira do G-8, que terminou no dia 23, na ilha japonesa de Okinawa, após três dias de trabalhos.

O Presidente norte-americano adiantou esperar que outros países desenvolvidos se juntem à sua ideia e doem excedentes alimentares para o projecto.

Outra medida paralela é um compromisso do Banco Mundial para duplicar os seus créditos para educação básica nos países pobres.

O Governo dos Estados Unidos propôs no seu próximo orçamento um aumento em 50 por cento da ajuda externa para educação básica, que se destinará prioritariamente aos locais com alto índice de trabalho infantil abusivo.

O objectivo geral é promover a educação como ferramenta chave do desenvolvimento, já que o analfabetismo está relacionado também com uma maior propagação da sida e de outras doenças, bem como com uma maior taxa de natalidade.

«Não podemos lutar contra a pobreza de forma eficaz sem tentar melhorar a saúde, sem eliminar a brecha digital, mas também sem aumentar a alfabetização e a aprendizagem», sublinhou Bill Clinton, indicando que tem trabalhado há meses nestas propostas.

GENEBRA

ONU revela

PORTUGAL É DOS PAÍSES QUE MAIS CONTRIBUEM PARA ACÇÕES HUMANITÁRIAS

Portugal é o 13º país que mais contribui para programas de assistência humanitária, com 1,209 por cento do total de contribuições voluntárias, segundo dados divulgados pelo Departamento de Coordenação de Assuntos Humanitários das Nações Unidas (OCHA).

Cerca de 32,5 por cento da verba global dos doadores provém dos Estados Unidos, seguidos pelo Japão, com 21,475 por cento, e pela Suécia, que contribui com cerca de oito por cento.

Estas verbas referem-se à resposta aos apelos lançados pela ONU e por diversas organizações do sistema no ano 2000. No

primeiro semestre deste ano as contribuições elevam-se a 555.416.806 dólares, mas a verba não cobre as necessidades dos programas previstos no apelo consolidado.

A OCHA avaliou, no próximo dia 26, a situação da assistência humanitária nas regiões mais vulneráveis, nomeadamente Angola, Afeganistão, República Democrática do Congo, Tadjiquistão, Serra Leoa e Uganda.

Portugal esteve presente através do representante permanente junto das Organizações Internacionais em Genebra, o embaixador Álvaro Mendonça e Moura.

MAÇONARIA

Museu em Sintra

CATALISADOR REPUBLICANO E DEMOCRÁTICO

O camarada Mário Soares inaugurou, no passado sábado, dia 22, na Quinta da Regaleira, em Sintra, um museu maçónico com uma colecção com mais de 600 objectos e documentos.

No primeiro piso do Palácio da Regaleira fica instalada a exposição que apresenta ao público o espólio pertencente à família de Pisani Burnay, que o cedeu à Fundação Cultursintra por um período de cinco anos. As várias secções da mostra oferecem uma perspectiva da evolução histórica da maçonaria, bem como dos seus principais símbolos, rituais, crenças, costumes e segredos.

José Eduardo Pisani Burnay nasceu a 17 de Junho de 1924 e faleceu a 10 de Janeiro de 1998. Foi iniciado no Grande Oriente Lusitano, onde foi «venerável» da loja «Simpatia e União».

No final da década de 80 acompanhou a tendência da maçonaria anglo-saxónica, que deu lugar à formação da Grande Loja Regular de Portugal, e na década seguinte ascendeu à cúpula da hierarquia do «Rito Escocês Antigo e Aceite», tendo sido eleito soberano Grande Comendador.

Em declarações à imprensa, a presidente da Câmara de Sintra, Edite Estrela, disse que o convite a Mário Soares para



apresentar a exposição foi feito pela autarquia, «porque foi amigo e colega de Pisani Burnay».

Em resposta a algumas vozes críticas que contestam o facto de Mário Soares ter sido convidado, a autarca responde dizendo que «as pessoas que criticam deviam era pôr mãos à obra em vez de falarem mal de tudo quanto se faz».

«A mostra maçónica enquadra-se perfeitamente na Quinta da Regaleira, uma vez que existem sinais de ligação à maçonaria, como o poço iniciático», explicou Edite Estrela.

A Maçonaria provocou desde o início a oposição da Igreja Católica e, mais tarde, a perseguição por parte dos regimes políticos totalitários, entre os quais o regime ditatorial de Salazar.

Embora muitos dos ensinamentos maçónicos sejam de inspiração cristã, o certo é que algumas lojas maçónicas, sobretudo em França, envolveram-se em práticas conspirativas que aceleraram a queda do antigo regime e favoreceram o projecto histórico republicano e democrático.

Para satisfazer parte da curiosidade acerca da Maçonaria, a exposição vai contar ainda com as explicações de um guia sobre a sociedade e o significado dos objectos.

CARREIRA DOCENTE

Segurança Social

PROFESSORES COM PENSÕES ACTUALIZADAS

O Executivo chefiado pelo camarada António Guterres deu luz verde, no passado dia 20, em reunião de Conselho de Ministros, ao decreto-lei que estabelece um novo regime de actualização das pensões de aposentação do pessoal da carreira docente.

A Lei n.º 39/99, de 26 de Maio, instituiu um regime especial de actualização das pensões de aposentação dos educadores de infância e dos professores dos níveis básico, secundário e superior, do ensino público e do ensino particular, mas não estabelecia todas as normas necessárias à sua aplicação.

O diploma aprovado pelo Governo vem responder à situação das chamadas pensões degradadas dos educadores de infância e dos professores dos ensinos básico, secundário e superior, situação que afecta cerca de 8.500 pessoas.

Este decreto-lei vem possibilitar também a aplicação da referida Lei, garantindo assim que, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2000, as pensões sejam actualizadas em função das remunerações dos funcionários no activo, nos seguintes



termos: 50 por cento no primeiro ano, com subidas para percentagens de 55, 60, 65 e 70 por cento nos anos subsequentes. Proceder-se-á igualmente à correcção das injustiças criadas pela situação de

«congelamento» das carreiras, para as pessoas aposentadas entre 1 de Outubro de 1989 e 31 de Dezembro de 1991. Em concreto, o diploma contém regras que permitem identificar as remunerações de

base sobre as quais serão aplicadas as referidas percentagens.

A remuneração relevante dos educadores de infância e dos professores do ensino público, superior e não superior, é a remuneração base dos docentes no activo, de categoria, escalão e índice correspondentes.

A remuneração relevante dos educadores de infância e dos professores do ensino particular e cooperativo não superior é a correspondente, nos termos das respectivas convenções de trabalho, ao nível remuneratório do docente se se encontrasse no activo.

Por fim, a remuneração relevante dos professores do ensino particular e cooperativo superior determina-se pela actualização da remuneração que relevou no cálculo inicial da pensão, na mesma proporção em que tenha sido revalorizada a remuneração das correspondentes categorias do activo do ensino público superior.

O diploma estabelece ainda a devida coordenação entre os serviços do Ministério da Educação e a Caixa Geral de Aposentações.

AGRICULTURA

Balanço e...

METAS ATÉ 2006

O ministro da Agricultura, Desenvolvimento Rural e Pescas anunciou, no dia 21, que o número de agricultores beneficiários de ajudas compensatórias vai triplicar, até 2006, para 220 mil, no âmbito da aplicação do III Quadro Comunitário de Apoio. Capoulas Santos, que falava aos jornalistas em Alter do Chão, Portalegre, no final de uma reunião do Conselho Geral do MADRP, considerou que os mil milhões de contos previstos no III QCA, bem como as medidas de apoio ao Desenvolvimento Rural «têm que ser aproveitados da melhor forma». Até porque, frisou, «serão insuficientes para a grande necessidade que a agricultura tem de se modernizar e apetrechar para o grande desafio da concorrência europeia e mundial». E, para enfrentar estes desafios, o governante apresentou as metas da política nacional agrícola para os próximos seis anos, que terão por base a aplicação os programas «Agro» e «Agris» do III QCA, e «Ruris» e «Leader» no âmbito do PIDDAC. O Agro, Programa Operacional da Agricultura, foi apresentado ontem, em Santarém, no decorrer de uma cerimónia presidida pelo primeiro-ministro, António Guterres.



Assim, até 2006, o ministro diz que a produtividade do trabalho no sector irá aumentar 30 por cento, que o rendimento total por unidade de trabalho irá crescer 35 por cento, que as exportações sofrerão um acréscimo de 26 por cento e o esforço de investimento aumentará 25 por cento. Capoulas Santos apontou ainda como objectivos a criação, até 2006, de 72500 hectares de novos regadios, 30 mil hectares de novos olivais e 25 mil de novas vinhas. Deverão ainda, segundo as contas do governante, ser criados 35 mil hectares de novos pomares, 215 mil de novas arborizações e 155 mil hectares de beneficiação de povoamentos existentes. Entre as metas da tutela para a agricultura conta-se ainda que, em 2006, 2800 agricultores sejam apoiados na cessação da actividade agrícola, sete mil jovens instalados na actividade e 40 mil projectos aprovados de modernização e reconversão de explorações agrícolas. Para o sector das pescas, em que serão implementados os programas «Mare» e «Maris» do III QCA e «Sipesca» do PIDDAC, as metas do ministro Capoulas Santos são, entre outras, a criação de 270 novas embarcações de pesca e o acréscimo para quatro mil toneladas da produção aquícola.

HANÓVER

Exposição universal

SAMPAIO APLAUDIDO POR TURISTAS DO PORTO NA VISITA A CÂMARA MUNICIPAL

Um grupo de turistas do Porto e o céu cinzento foram as surpresas que o presidente Jorge Sampaio teve a 22 de Julho, no último dia da sua visita a Hanóver. À entrada na Câmara Municipal da capital da Baixa Saxónia, onde foi recebido pelo burgomestre Herbert Schmalstieg, Jorge Sampaio foi aplaudido por um grupo de turistas do Porto que, por mero acaso, estavam igualmente de visita a Hanóver e à Expo-2000. «É um estímulo para qualquer político receber provas de afectividade como esta», comentou Jorge Sampaio aos jornalistas. Enquanto no exterior uma chuva miudinha continuava a cair, no interior da Câmara Municipal o burgomestre acolheu calorosamente o Presidente português e congratulou-se com a coincidência da visita do chefe de Estado e a presença dos turistas nortenhos. Numa breve intervenção, Herbert Schmalstieg fez uma associação entre as Exposições de Lisboa (1998) e a de Hanóver, salientando que Sampaio, na condição de Presidente da República e de antigo presidente da Câmara Municipal de Lisboa, de certo compreenderia os



esforços feitos pela cidade alemã para a realização da sua exposição universal, a primeira organizada pela Alemanha. «Estou certo que o Presidente Sampaio entende os esforços que tivemos de fazer enquanto Presidente do país que acolheu a Expo-98 e ex-presidente da CML».

Sampaio, por seu turno, voltou a realçar a Expo-2000 como um exemplo de que «unidos os países podem fazer maravilhas». «Também ao entrar nesta Câmara Municipal tão antiga e cheia de tradição percebemos as diferenças dramáticas que há entre a guerra e a paz», frisou o Presidente

Sampaio. Antes de abandonar o edifício, Sampaio assinou o livro de Honra da cidade, onde fica ao lado de nomes como os de Romano Prodi, Jacques Chirac ou Kofi Annan. Após uma passeio pelo centro histórico de Hanóver e em jeito de balanço, o Presidente Sampaio destacou a Expo 2000 como ponto alto da sua visita, mas não deixou de elogiar o modelo de descentralização alemão.

Sampaio elogia modelo de descentralização

«As cidades alemãs são um exemplo pois, após terem sido destruídas na II Guerra Mundial, foram reconstruídas tendo em conta factores fundamentais como o ambiente», frisou Sampaio. A concluir, Sampaio elogiou a descentralização alemã, afirmando o seu fascínio pelo esquema que atribui tantas responsabilidades aos municípios. «Sempre me fascinou este modelo que, por exemplo, permitiu a esta cidade, que em 1939 foi destruída, reconstruir-se e manter-se actualmente como uma prova de paz», concluiu o Presidente da República.

ANUNCIADAS MELHORIAS NAS ESTRADAS

O secretário de Estado adjunto do ministro do Equipamento Social, Luís Parreirão, esclareceu, no dia 21, em Bragança, que os itinerários principais deste distrito incluídos na rede nacional de auto-estradas só assumirão esse perfil se o tráfego o justificar. O governante acompanhava, na passada sexta-feira, o ministro adjunto do Primeiro Ministro, Armando Vara, numa visita a diversos concelhos do Nordeste Transmontano, com vista a oficializar o lançamento de concursos ou empreitadas das obras do Plano Rodoviário Nacional para o distrito de Bragança.

Durante uma apresentação prévia dos projectos aos jornalistas, Vara, natural da região, assegurou que «Bragança não ficará fora da rede de auto-estradas».

«Pode ficar de fora da rede de portagens, mas não ficará fora da rede de auto-estradas, porque não ter portagens não significa não ter auto-estrada», afirmou.

O IP4, já construído, e o IP2, em fase de lançamento de projectos, estão incluídos na rede nacional de auto-estradas, mas nenhum dos itinerários foi projectado com este perfil, apesar de a duplicação do IP4 entre Vila Real e Bragança ser uma reivindicação de diversas forças políticas e institucionais da região.

«Os projectos que estão a ser feitos criam condições para que, se o tráfego o justificar, possam assumir o perfil de auto-estrada», afirmou o secretário de Estado Luís Parreirão.

O troço do IP4 no distrito de Bragança onde se verifica o maior volume de tráfego é entre



Mirandela e Macedo de Cavaleiros, registando uma média de oito mil viaturas por dia.

Parreirão deixou claro que um troço do IP2 que jamais terá perfil de auto-estrada é o de Bragança ao Portelo, que fará a ligação à autovia das Rias Baixas, em Espanha.

«Esta decisão deve-se a questões ambientais, pois a via irá atravessar o Parque Natural de Montesinho, o que tem provocado atrasos no projecto devido a dificuldades de natureza ambiental, mas já foi dito pelo ministro do Ambiente que não será em nenhuma circunstância uma estrada de quatro faixas», lembrou.

Os estudos prévios e o estudo de impacte ambiental ficaram a cargo da Comissão de Coordenação da Região Norte (CCRN), que está a trabalhar em conjunto com as

autoridades espanholas, e encontram-se em fase de finalização, o que já permitirá estudar a melhor resolução para o projecto da via, segundo disse o secretário de Estado.

No que se refere ao IC5, o governante disse que «não há ainda projecto nem decisões relativamente à questão que tem atrasado o projecto e que se prende com o ponto de partida desta via que se estenderá desde o distrito de Vila Real até Miranda do Douro, no distrito de Bragança».

No Plano Rodoviário Nacional, o itinerário complementar continua a ser apresentado como a futura ligação entre Murça e Miranda do Douro, enquanto nos últimos anos surgiu um movimento de autarcas a reclamar que, em vez de Murça, a via comece mais atrás no alto do Pópulo, concelho de Alijó.

Esta questão já motivou nos últimos meses duas deslocações dos autarcas da região beneficiada a Lisboa para saber do ponto da situação, mas até ao momento ainda não há decisões, nem projectos, segundo o secretário de Estado.

Investimentos para marchar sobre rodas

Uma obra que irá arrancar de imediato, tendo sido já assinado o contrato de construção, é a ponte Meirinhos/Serdão, sobre o rio Sabor, ligando os concelhos de Mogadouro e Alfândega da Fé.

A obra está orçada em cinco milhões de contos (25 milhões de euros) e a conclusão prevista para meados de 2002, estando incluída no traçado do futuro IC5.

As obras anunciadas prevêem ainda o projecto para a construção da ponte internacional sobre o rio Maças que vai fazer a ligação do IP4 a Espanha, em Quintanilha, e que se encontra em fase de conclusão, prevendo-se que a obra esteja pronta no Verão de 2002.

O plano prevê ainda a beneficiação da EN 213 entre Vila Flor e Mirandela, da EN 221 entre Mogadouro-Castelo Branco-Freixo de Espada à Cinta e Miranda do Douro-Sendim, da EN 218 e EN 317 entre Vimioso-Carção-Vinhais, EN 218 Caçarelhos/Miranda do Douro e da EN 103, no concelho de Vinhais. Está ainda prevista a beneficiação do IP4 nos troços Pontão de Lamas/Rossas e Rossas/Bragança, que já tinha sido anunciada pelo IEP para o corrente ano, prevendo-se agora que ocorra nos próximos meses o lançamento do concurso.

O secretário de Estado avançou: «a partir de hoje se iniciam obras num valor superior a seis milhões de contos e que o volume global é de algumas dezenas de milhões de contos».

O ministro adjunto do primeiro-ministro, Armando Vara, disse esperar que «ainda durante esta legislatura esteja obra feita nos principais itinerários», sublinhando que «entre lançar o IP2 e o IC5 e duplicar o IP4», opta pelos primeiros, «porque isso é claramente prioritário».

Vara disse ainda que este plano rodoviário tem dois grandes objectivos que visam assegurar boas ligações internas no distrito, frisando que o sul do distrito ficará com acessibilidades que nunca teve, bem como ao litoral e a Espanha.

PESSIMISMO DOS PORTUGUESES É EXCESSIVO

Enquanto a oposição continua a apresentar cenários catastrofistas que nada têm a ver com a realidade, os membros do Governo têm vindo a público desmentir com dados irrefutáveis e esclarecimentos precisos a demagogia alarmista que grassa na oposição, em particular na direita, onde Durão Barroso e Paulo Portas travam uma guerra fratricida pela liderança dos sectores mais conservadores e reaccionários.

Assim, o ministro das Finanças e Economia, Pina Moura, classificou no passado dia 21, em Gaia, como «excessivo» o pessimismo dos portugueses relativamente à conjuntura económica, afirmando que «contrasta» com um crescimento previsto da economia acima dos três por cento.

Falando durante uma visita à empresa de têxteis sintéticos Cotesi (Grupo Violas), Pina Moura comentava os resultados, recentemente divulgados, das análises de



conjuntura do Instituto Nacional de Estatística e do Banco de Portugal, que revelam que as famílias portuguesas estão «particularmente apreensivas com a evolução da sua situação financeira».

Alteração saudável da matriz de crescimento económico

Na opinião do ministro das Finanças e Economia, é necessário «estabilizar o comportamento e confiança dos agentes económicos», uma vez que, esclareceu, está a registar-se «uma alteração saudável da matriz de crescimento em Portugal».

Segundo explicou Pina Moura, o crescimento económico do País estava «até aqui excessivamente baseado no aumento dos consumos público e privado, que conduziam ao endividamento excessivo das famílias», mas assenta agora mais no incremento das exportações.



Albufeira

Subsídio a clube de pesca e náutica

A Câmara Municipal de Albufeira vai atribuir um subsídio, no valor de 250 mil contos, ao Clube de Pesca e Náutica Desportiva de Albufeira.



A verba destina-se a face aos encargos com a aquisição de material desportivo e deslocação de dois atletas, que irão participar no Campeonato Mundial de Pesca Desportiva, que terá lugar de 2 a 9 de Setembro, em Itália.

Amadora

Crianças dos bairros degradados vão fazer filmes em vídeo

A Câmara da Amadora vai propor *ateliers* de audiovisuais a crianças e jovens dos bairros degradados do concelho, como forma de ocupar os tempos livres dos estudantes.

António Azevedo, coordenador do projecto, tem passado os últimos anos a apresentar o projecto «Vamos fazer televisão» em várias escolas do País e no Centro Cultural de Belém.

Agora propõe-se, com um outro monitor, a dar uma pequena formação em vídeo aos jovens interessados.

O Projecto Audiovisuais, que apresentou à Câmara Municipal da Amadora, foi bem acolhido pelo pelouro das minorias étnicas e comunidades imigrantes, e acontecerá ainda este mês e em Agosto na Fábrica da Cultura (Venda Nova).

A formação terá a duração total de 12 horas e 30 minutos repartidas por cinco sessões de duas horas e meia, sendo que os inscritos serão divididos em três escalões etários: dos seis aos 10 anos, dos 11 aos 14 e dos 15 aos 25.

Aos mais pequenos será proposta a filmagem de um conto tradicional de um dos países dos pais, como Cabo Verde.

O escalão seguinte deverá rodar um filme publicitário, enquanto os mais velhos já poderão mostrar um documentário ou mesmo um filme de estúdio.

António Azevedo vai já avisando que terá que cortar ideias mais arrojadas, não só porque não tem condições técnicas, mas também porque as pouco mais de 12 horas não permitirão «grandes voos».

«O que quero é pô-los a mexer com as máquinas, para que sejam eles a fazer os filmes», diz o coordenador que explica que a primeira aula será dedicada a uma introdução teórica, para que os formandos usem os termos técnicos, que levará o tempo que os jovens considerarem necessário.



No segundo dia será pensado o guião ou o alinhamento de planos e cenas, e o terceiro dia será dedicado aos cenários. Já no quarto dia será feita a rodagem do que foi pensado, sendo que a montagem é feita no momento (se algo correu mal voltam atrás e regravam a cena), enquanto o último dia será dedicado à pós-produção com inserção de caracteres e de música.

Em cada turma de dez alunos «cada um terá a sua função», avisa António Azevedo, que refere a realização, iluminação ou o som.

Estas são tarefas que os formandos vão aprendendo a desempenhar com o desenvolvimento do projecto.

O que o projecto quer transmitir ao alunos é a possibilidade de se materializar em filme tudo o que é pensado.

Não interessa tanto o resultado final, «se a imagem vai ficar com mais ou menos grão», mas que os jovens percebam que «todo o pensamento é profundamente visual».

António Azevedo garante que em cinco dias e com o pouco material disponível é possível fazer um bom trabalho, que até poderá ser mostrado ao público no final do projecto.

As inscrições estão abertas tendo os boletins sido distribuídos por várias associações de bairro e pelos espaços municipais.

Ao todo serão aceites 160 formandos decorrendo as aulas entre as 10 e 30 e as 13 horas ou entre as 14 e 30 e as 17, na Fábrica da Cultura (Venda Nova).

Cascais

Mais 128 novas casas no âmbito do PER

A Câmara Municipal de Cascais entregou no passado dia 23 de Julho as chaves de 128 novas casas no âmbito do Plano

Especial de Realojamento (PER).

O PER-Cascais já permitiu entregar casas novas e dar melhores condições de habitação a 811 famílias, possibilitando igualmente a requalificação urbanística de todo o concelho.



As famílias agora realojadas residem em vários núcleos de barracas dispersos pelo concelho e nos bairros das Marianas e Quinta das Tainhas.

Com esta terceira fase do PER-Cascais serão iniciadas, de imediato, as demolições das barracas anteriormente habitadas pelas famílias agora realojadas.

Fafe

Câmara autoriza estudos sobre energia eólica

A Câmara Municipal de Fafe deliberou autorizar o início de estudos das condições para a produção de energia eólica no concelho.



Esta iniciativa surge da constatação de que Fafe possui condições aparentemente favoráveis para a produção daquele tipo de energia, havendo pelo menos duas empresas que manifestaram já interesse em proceder a estudos sobre as potencialidades existentes nesta área.

Sintra

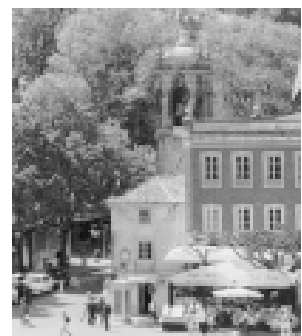
Museu da Maçonaria

No passado dia 22 de Julho foi inaugurado o «Museu da Maçonaria», situado no Palácio da Quinta da Regaleira, cuja apresentação foi feita pelo camarada Mário Soares.

No Museu está exposto o espólio da colecção Pisani Burnay. As várias secções da mostra oferecem ao público uma perspectiva histórica da Maçonaria, bem como dos seus principais símbolos, crenças, costumes e segredos.

Câmara corta 400 hectares ao trânsito no dia sem carros

Um total de 400 hectares da vila de Sintra, que envolve o centro histórico e se estende até próximo do IC19, estará vedado ao trânsito a 22 de Setembro, no âmbito da iniciativa europeia «Na cidade, sem o meu carro».



Os limites aos automóveis estarão colocados junto à Ribeira de Sintra, estrada Nunes Carvalho (junto ao Sintra Museu de Arte Moderna), estrada da Pena, Rotunda do Ramalhão e estrada de Monserrate, estando previstas medidas para que os carros possam ficar estacionados fora destes locais.

Entre as medidas previstas, consta a gratuidade dos parques de estacionamento existentes, bem como a abertura de mais três, nomeadamente na Quinta do Anjinho (transferindo os autocarros de turismo para a Portela de Sintra) e na Ribeira de Sintra. O local do terceiro parque não está ainda definido.

Além do reforço dos transportes públicos, a autarquia sintrense prevê ainda criar parques de estacionamento para bicicletas vigiados e sem qualquer tarifa de utilização, bem como colocar diversos pontos de informação dos cidadãos.

Encorajar a adopção de comportamentos compatíveis com o desenvolvimento sustentável, com a protecção da qualidade do ar e redução do ruído, promover os transportes alternativos e proporcionar uma oportunidade aos cidadãos de redescobrirem o local onde residem ou trabalham são os princípios que regem a iniciativa.

PS EM MOVIMENTO

AMADORA

PS quer CI da PSP no concelho

Os deputados do PS na Assembleia Municipal da Amadora vão pedir ao Ministério da Administração Interna o policiamento pelo Corpo de Intervenção da PSP das «zonas mais críticas do concelho».

Esta intenção foi comunicada ao início da madrugada do dia 21 no final da reunião da Assembleia Municipal.

O chefe de gabinete do presidente da Câmara Municipal da Amadora disse «o Governo deve deitar mão dos instrumentos que o país tem» e lembrou que o recurso ao Corpo de Intervenção já foi usado no passado.

O porta-voz municipal, lamentando o «clima de medo que tem estado a ser criado», apontou as medidas de carácter social que a Câmara da Amadora tem tomado neste mandato como a melhor forma de combater a exclusão.

Apointando o recurso ao Corpo de Intervenção como uma «medida imediata e casuística», garantiu que não se pretende tornar a Amadora num «município policial».

A Assembleia Municipal da Amadora, numa reunião que se prolongou pela madrugada do dia 21, recusou uma moção do PSD sobre o «clima de insegurança vivido no País», feita à boa maneira da direita, tendo o PS apresentado uma declaração de voto.

A declaração de voto do PS, depois de recusar uma «política de Estado policial» e lembrar que a insegurança se previne com políticas sociais, acaba por apresentar «três propostas concretas».

O PS da Amadora «reforça a necessidade de rapidamente se cumprir integralmente o Protocolo assinado com o Ministério da Administração Interna», em 1998, que prevê a construção da Secção da PSP da Damaia, da Divisão de São Brás e a instalação de um posto da PSP no Casal da Boba.

O mesmo texto pede ainda a criação de postos de atendimento da PSP nas novas estações de comboios da Reboleira e de Santa Cruz/Damaia.

A declaração de voto do PS termina a «desejar que as zonas mais críticas do concelho passem a ser policiadas pelo Corpo de Intervenção da PSP».



PALMELA

Vereadores do PS criticam autarquia

A derrama de 10 por cento aprovada pela Câmara de Palmela, de maioria CDU, para o ano 2001 é contestada pelos vereadores socialistas, que exigem a aplicação de uma taxa inferior nos próximos anos.

Os autarcas do PS consideram que a derrama de 10 por cento aprovada na última sessão da Câmara, com os votos favoráveis da maioria comunista na autarquia de Palmela, é «excessiva» e defendem uma redução progressiva para «nove por cento em 2001 e oito por cento em 2002».

PORTO

Homenagem a Orlando Gaspar

O camarada Orlando Gaspar continua a recolher provas de muito apreço pelo trabalho realizado à frente da Concelhia do PS/Porto.

Mil e quinhentos militantes e simpatizantes do PS juntaram-se na passada quinta-feira à noite no Porto no jantar comemorativo dos 12 anos de Orlando Gaspar à frente da Concelhia Concelhia local do Partido Socialista, que foi prejudicado pela avaria da aparelhagem de amplificação de som.

Os sucessivos cortes de som, provocados pelo intenso calor que se registava no edifício da Alfândega, prolongaram-se por cerca de meia hora, sempre durante a intervenção do presidente da Federação do Porto do PS, camarada Narciso Miranda, que, ironicamente, atribuiu o percalço à «falta de capacidade do aparelho».

Numa intervenção, o deputado do GP/PS José Saraiva, que não apoiou o camarada Orlando Gaspar nas recentes eleições para a Concelhia, afirmou que os adversários do líder «interpretaram mal o resultado de uma eleição» e por isso «não souberam» estar presentes neste jantar de homenagem.

José Lello, secretário de Estado das Comunidades, recordou que Orlando Gaspar venceu com 72,2 por cento dos votos – «melhor só na farmácia», comentou –, e acusou os «adversários de então» de se estarem a «acantonar para outras batalhas internas».

Na opinião do camarada José Lello, a «dinâmica vencedora» de Narciso Miranda vai novamente derrotar os «iluminados, adiantados mentais e delatores do dito aparelho». No pouco que pôde falar, o camarada Narciso Miranda sublinhou que Orlando Gaspar «soube há 12 anos reunir o consenso necessário para conquistar a Câmara do Porto ao

PSD», «apagando-se para que pudesse brilhar o trabalho de uma equipa de militantes do PS liderada por Fernando Gomes».

O nome do actual ministro da Administração Interna tinha sido já citado à entrada do jantar quer por Orlando Gaspar quer por Narciso Miranda, tendo ambos elogiado o importante trabalho que fez na Câmara do Porto e enaltecido a homenagem prestada pela Câmara do Porto.

O camarada Orlando Gaspar afirmou que vê «muito bem» a cerimónia marcada para o mesmo dia, frisando que Fernando Gomes «merece bem essa homenagem por ter sido um grande autarca que vai ficar na história da cidade».

Para Orlando Gaspar, a homenagem que recebeu e a que é proporcionada a Fernando Gomes são «manifestações de solidariedade», próprias de um partido em que são «todos da mesma família».

Narciso Miranda lamentou não ter sido convidado para a homenagem a Fernando Gomes, questão «burocrática» que atribuiu a uma recente alteração das normas protocolares por parte de Nuno Cardoso, mas realçou a justeza da cerimónia.

A homenagem a Orlando Gaspar, que incluiu sessões de fogo de artifício junto à Alfândega, contou com a presença, através de mensagens, de Jorge Coelho, José Sócrates, Fausto Correia, Carlos César, os presidentes das distritais de Viana do Castelo, Bragança, Viseu e Castelo Branco, os líderes das concelhias de Gaia e Lisboa e os deputados Manuel dos Santos e Strech Ribeiro.



Jantar de apoio a Narciso Miranda

O camarada Narciso Miranda disse no dia 21 em Gondomar que se está a aproveitar «muito bem» a disputa interna na distrital do Porto do PS como «rampa de lançamento para as eleições autárquicas» de Dezembro de 2001.

«Estou nesta campanha interna a preparar todo o trabalho para ganharmos as eleições autárquicas», afirmou o presidente do PS/Porto, num jantar da sua recandidatura à liderança da Federação, que reuniu no pavilhão da Interforma largas centenas de militantes, entre os quais José Lello e Orlando Gaspar.

O camarada Narciso Miranda garantiu que nesta disputa com Francisco Assis da liderança do PS/Porto não vai «entrar nas questões internas e nas críticas contra este e aquele camarada», mas sim apostar numa «intervenção para o exterior», porque o seu «principal adversário é o PSD».

«Quero ganhar as eleições autárquicas no distrito do Porto e na Área Metropolitana do Porto», frisou, acrescentando que lhe basta ganhar por um voto quer a Francisco Assis quer ao PSD.

«Ganha-se e perde-se por um voto», disse.

VALONGO

JS acusa Câmara

A JS de Valongo denuncia, num comunicado, que «a qualidade do ambiente no concelho de Valongo está a morrer», mostrando-se, tal como a maioria dos habitantes do concelho, «profundamente descontente» com a política levada a cabo pelo actual Executivo camarário do PSD, nomeadamente o «caos urbanístico».

A JS critica a política camarária de devastação dos espaços verdes mais significativos do concelho.

No comunicado, os jovens socialistas acusam o «presidente da autarquia de não ter um projecto ambiental digno para o concelho, «confundindo progresso com betão».

Câmara laranja ataca liberdade de expressão

Foi pois neste contexto que a JS de Valongo colocou cartazes e pendões na via pública, alertando para a incompetência da Câmara de Valongo.

No entanto, pasme-se, em pleno regime democrático, e passados alguns minutos após a colocação dos referidos cartazes, funcionários da autarquia procederam à sua imediata recolha, violando de forma grosseira um dos pilares fulcrais de um Estado de Direito, a «liberdade de expressão».



A EDUCAÇÃO COMO PRIORIDADE DA POLÍTICA DE DESENVOLVIMENTO

A Educação constitui primeira prioridade da política de desenvolvimento do país. A melhor aquisição e transmissão de conhecimentos, a melhoria das aprendizagens dos cidadãos contribuem para a coesão social, para a afirmação da identidade, para a preservação do pluralismo e para a mobilização das energias disponíveis no sentido da justiça e do progresso, enquanto factores de cidadania activa.

A qualidade da educação e da formação, o estabelecimento de critérios e de referências de exigência têm de contribuir para a realização do nosso potencial de desenvolvimento. Desde a educação pré-escolar, como factor de igualdade de oportunidades, até ao ensino superior, passando pela educação básica para todos e por um ensino secundário que seja regulador de todo o sistema educativo – tudo está em prosseguirmos uma acção que nos conduza pelos caminhos da emancipação, da autonomia individual e da solidariedade cívica. E se falamos da educação formal temos ainda de inovar o novo paradigma da educação e da formação ao longo da vida – com uma importância nova atribuída à educação de adultos e à certificação de adquiridos e com uma atenção redobrada à formação contínua relevante dos professores educadores e à coordenação entre políticas e instrumentos da educação, de formação profissional e de emprego.

Eis porque é fundamental a audácia dos objectivos e o realismo na sua realização. Eis porque devemos assumir os desafios da sociedade do conhecimento e da inovação, através de um conceito novo da sociedade educativa, para a qual o critério aferidor do desenvolvimento e da coesão social tem a ver com a capacidade de aprender mais e melhor. Eis porque temos ligar cada vez mais *humanismo e técnica*, palavra e ciência, conhecimento e compreensão. Eis porque temos de realizar os agentes educativos em torno dos objectivos de desenvolvimento humano – professores e educadores, estudantes, pais e encarregados de educação, autarcas, associações, empresas e sociedade civil. Trata-se de fazer da educação um compromisso para com as gerações futuras, que permita a afirmação de uma sociedade aberta, criativa e inovadora.

Temos, no fundo, de ser capazes de dar às nossas crianças e jovens os conhecimentos e as competências necessárias para se realizarem nos mundos novos do trabalho, da informação e comunicação, dos tempos livres e da sociedade do próximo século. E devo recordar o sucesso dos dois primeiros PRODEP, pioneiros no seio da União Europeia e que constituíram decisivamente para o desenvolvimento do sistema educativo, em todos os níveis, de ensino em especial através do progresso mais rápido dos índices de escolarização no 3º ciclo de ensino básico e no ensino secundário, que cresceram 30



por cento em Portugal nos últimos dez anos, bem como no progresso significativo alcançado no ensino profissional e no ensino superior.

A evolução de uma escolaridade básica de 6 para 9 anos, verificada durante a década de 90 em Portugal só foi possível graças à combinação de esforços nacional, local e comunitário. No âmbito do co-financiamento comunitário importa sublinhar o contributo dado quer pelo financiamento do FEDER em particular na criação das escolas completas (dotadas de pavilhão coberto para a prática de educação física e desporto, de Bibliotecas, mediatecas, computadores e laboratórios), quer pelo financiamento do FSE, traduzido em formação de professores em melhor ensino profissional e em ensino universitário e politécnico mais qualificado.

É nesta linha de continuidade que se insere o terceiro PRODEP - Programa de Desenvolvimento Educativo para Portugal, resultante de uma parceria entre a Comissão Europeia e a República Portuguesa, para os anos 2000-2006 no âmbito do III Quadro Comunitário de Apoio (QCA).

E agora temos o carácter inovador de possuir, para além do planeamento estratégico global, dois instrumentos do III QCA e do terceiro PRODEP – a *Intervenção Operacional da Educação*, que hoje é aprovada e apresentada publicamente e os *Programas Operacionais Regionais* do continente, no âmbito do III Subprograma, na componente desconcentrada da Educação.

O investimento global ascende a 470 milhões de contos dos quais 330 são aplicados no âmbito da Intervenção Operacional da Educação. Trata-se de mobilizar recursos para:

- Melhorar a qualidade da Educação Básica, contribuindo para uma cultura de iniciativa, responsabilidade e cidadania;
- Expandir e diversificar a formação inicial dos jovens, apostando na qualidade e

elevada empregabilidade das novas gerações;

Promover a aprendizagem ao longo da vida e melhorar a empregabilidade da população activa;

d) Criar e promover o desenvolvimento da sociedade do conhecimento.

E é para atingir estes objectivos que os Programas Operacionais Regionais contêm: (a) uma medida co-financiada pelo FEDER, destinada à criação e alargamento da rede de jardins de infância, à construção de escolas do ensino básico e secundário (geral, tecnológico, profissional e artístico); (b) Uma medida co-financiada pelo FSE, destinada ao Ensino Profissional, correspondente ao nível de qualificação profissional III, equivalente ao ensino secundário.

E é nesta perspectiva que surgem explicitados três Eixos Prioritários que representam as opções estratégicas do desenvolvimento que se pretende para o Programa.

Um Primeiro Eixo – relativo a formação inicial qualificante de jovens. _Estamos a falar de promover e diversificar as ofertas de formação inicial qualificante de jovens e de reforçar a orientação educativa e profissional – além do desenvolvimento dos ensinos pós-secundário e superior e da acção social escolar.

Um segundo Eixo – respeitante à transição para a Vida Activa e a promoção da Empregabilidade – que se chega à promoção da qualidade e da empregabilidade das formações iniciais qualificantes de jovens / estágios de meios tecnológicos e do Ensino Superior e rede acreditada de centros de avaliação de competências.

Um terceiro Eixo – que se refere à sociedade de aprendizagem – desde a formação contínua de docentes e outros agentes educativos, ao apetrechamento informático das escolas, à criação dos conteúdos educativos multimédia passando pelos comple-

mentos de formação inicial para docentes do 1º ciclo e da educação da infância.

Se tivermos de resumir em duas palavras o Programa que aqui subscrevemos e apresentamos escolheríamos – *modernidade e exigência*.

São essas as grandes apostas que temos de assumir no limiar do novo século. O primeiro PRODEP foi inovador ao utilizar pela primeira vez os fundos comunitários para a educação formal. O segundo PRODEP, com algumas vicissitudes iniciais, reconduziu-se com sucesso à continuidade do primeiro programa. O terceiro PRODEP constitui o assumir de um novo ciclo. Com a estabilidade das taxas de escolarização, com todos os jovens de 15 anos de idade no sistema educativo é chegado o momento de sermos determinados e rigorosos na definição de metas e referências de qualidade.

Educação básica para todos, aumento de 20 por cento da taxa real de escolarização do ensino secundário, a par de uma distribuição mais equilibrada dos alunos entre vias de prosseguimento de estudos e vias orientadas para a vida activa; aumento de 20 por cento dos novos ingressos no ensino superior politécnico, a dignificar cada vez mais e nos cursos superiores nas áreas da Saúde e das Artes, maior interacção entre Escola/ Universidade, Empresa e Sociedade Civil e o apetrechamento informático com ligação à Internet das escolas dos ensinos básico e secundário, com formação docente, para atingir o rácio de 1 computador para 10 alunos em 2006 são sinais de modernidade e exemplos do que deve ser feito para que a aprendizagem seja cada vez melhor.

É muito significativo que haja a assinatura do Programa Operacional da Educação se faça em ligação com o Programa de Emprego, Formação e Desenvolvimento Social. Trata-se de assumir na prática a grande inovação introduzida na Cimeira extraordinária de Lisboa da União Europeia – onde, pela primeira vez, a dimensão europeia na educação passou a associar o desenvolvimento pessoal e cívico à formação relevante e à promoção de melhor emprego. O triângulo educação, formação e emprego é essencial e constitui uma das marcas de exigência e da qualidade, da relevância e da abertura à sociedade que defendemos. Mas deixem-me que termine recusando qualquer discurso fácil dos milhões semeados pelo país. É tempo de aproveitar melhor os recursos e de mobilizar mais tudo o que a sociedade possa gerar para o progresso nas qualificações dos cidadãos.

O que hoje aqui realizamos é a consagração de um Programa audacioso mas realista que aponta à sociedade portuguesa, à iniciativa pública e privada, a necessidade de concretizar solidamente o objectivo de prosseguir um caminho de desenvolvimento pondo as pessoas e os cidadãos no primeiro lugar e no horizonte da nossa esperança.

Intervenção do ministro da Educação, no dia 13, na assinatura dos Programas Operacionais da Educação e do Emprego

CIDADANIA E SEGURANÇA

Portugal dispõe de quase 50.000 elementos das forças e serviços de segurança, o que dá uma proporção de um em cada duzentos cidadãos.

A proporção parece justa e equilibrada, estando ao nível, e até um pouco acima, de muitos países congéneres do nosso e com idêntico tipo de estrutura social e grau de desenvolvimento.

A nossa criminalidade está a um nível próximo da metade da média europeia, sendo os crimes mais graves ainda menos representativos.

Para ilustrar isso, basta dizer que se considera que uma sociedade tem um nível de homicídios grave e preocupante quando atinge os 25 por ano e por 100 mil habitantes. São considerados abaixo do nível crítico os países e cidades que apresentam menos de 10 homicídios por ano e por 100 mil habitantes. Em Portugal, estamos perante menos de um terço disso: temos, em média, três homicídios por ano e por 100 mil habitantes. Para comparação, diga-se que no Rio de Janeiro se verificam 69 homicídios por 100 mil habitantes e por ano.

E, no entanto, isso não chega para nos deixar mais tranquilos.

O sentimento de insegurança, medido por inquéritos e métodos sociológicos, apresenta valores próximos da média europeia, excedendo, em mais do dobro, as razões reais para tal insegurança, ou seja, a criminalidade verificada.

Isto acontece, em meu entender, por três razões fundamentais:

1 - Não existem ainda hábitos e práticas sociais de segurança, nomeadamente passiva, que dificultem a prática de actos criminosos, e sobretudo o chamado crime de ocasião.

Esse desgarramento e a inerente despreocupação têm vindo a tornar-se patentes, levando-nos a questionar se não será necessário e ajustado cada um investir um pouco mais para garantir melhores condições de segurança pessoal e colectiva.

Mas esse processo mental, sendo em si mesmo correcto e oportuno, acaba por gerar, ao mesmo tempo que se desenvolve, uma maior concentração na temática da insegurança, uma maior preocupação, um medo mais presente e opressivo.

Vemo-nos cidadãos mais protegidos e cautelosos, mas mais temerosos. E isso não conduz à sociedade aberta e confiante que temos por modelo e objectivo. Antes leva à responsabilização das polícias por todos os males dali derivados. Injustamente, como, se vê.

2 - A nossa sociedade actual apresenta aspectos novos ao nível da criminalidade, real ou pressentida, que provocam nos cidadãos um sentimento de receio mais que proporcional à gravidade, regularidade e extensão dos factos criminais verificados.

A isso ajuda, naturalmente, a mediatização de todas as ocorrências que afectam a segurança dos cidadãos, mediatização essa criticável se for demagógica e alarmista, embora deva ser tida como inevitável numa sociedade aberta, democrática e comunicativa.

Tal não invalida, no entanto, a que por via da

televisão, da imprensa e da rádio sentimos hoje perto, cada vez mais perto, o perigo do assalto, do ataque criminoso, do furto dos nossos bens. E disso mesmo aproveita quem ganha com o fecho da sociedade sobre si própria, quem conta com a impossibilidade de entreajuda dos cidadãos, quem acredita nas teorias do quanto pior melhor. O sentimento de insegurança promove a própria insegurança, ao criar campo para que ela se desenvolva.

Isto conduz-nos a uma escalada que, para ser interrompida, tem de ser consciencializada, assumida e compreendida por todos, tanto os que têm funções de segurança, como os que querem ser protegidos.

E é essencial enfrentar com determinação mas assumido sentido cívico a situação presente, para evitar que ela se torne realmente grave.

Por isso mesmo é tão injusta como politicamente incorrecta a cruzada verbal de propaganda da insegurança em que se empenham hoje os líderes do PSD e do PP.

3 - Regista-se alguma falta de sintonia entre o que a polícia é, faz e pode fazer por cada um de nós e um nível de exigência, ingente e às vezes arrogante, sobre esse mesmo desempenho. Essa aversão e crítica injusta às forças policiais, em que os líderes de oposição se têm especializado, só contribui para adensar o sentimento de insegurança dos cidadãos e fragilizar a capacidade de intervenção da polícia.

Temos polícia que chegue. Um em cada duzentos portugueses desempenha funções de segurança pública.

Temos polícia mais jovem, e reforçada nos efectivos. Nos últimos cinco anos ingressaram nas forças de segurança mais de 10 mil novos elementos, sendo que só este ano entram mais 2 mil.

Temos em curso uma modernização dos meios técnicos e logísticos de acção policial, a nível de automóveis, comunicações, informática e instalações, que não tem paralelo em qualquer outro período.

Empreendemos um programa de formação em exercício, com recurso a meios audiovisuais, que muito tem contribuído para um melhor conhecimento pelos elementos de polícia dos seus desafios, das melhores técnicas para os enfrentar e de todo o enquadramento jurídico, sociológico e de técnica policial em que tal pode ser feito.

Vamos promover o desenvolvimento interno, em cada corporação policial, da função formação e alargar as áreas técnicas, psicossociológicas e jurídicas da componente dessa formação virada para a investigação criminal.

E a ponderação conjunta desses factos e razões e de outros que legitimamente lhes poderíamos adicionar que nos reconduz à consideração dos conceitos de cidadania e segurança.

Cidadania é hoje um termo muito usado, mas talvez ainda pouco traduzido no quotidiano da nossa sociedade, pouco assumido como objectivo político e sociológico, insuficientemente enaltecido como base para uma vida melhor, mais sentida, mais cheia, mais útil.

Segurança é um conceito de sempre, uma das mais antigas aspirações do Homem e da vida em sociedade, a razão de ser de muitas

das formas de organização colectiva que historicamente podemos recensear, a grande antítese dos receios e dos medos justificados e injustificados que cada um de nós, e todos em conjunto, sentimos e tememos.

Lidamos, assim, aqui com questões de fundo, com sentimentos e emoções, com lógicas de organização e funcionamento social, com o racional mas também com o irracional, com opções de vida e de acção e intervenção social, com estratégias de actuação política. Mas, no fundo, o problema é só um: o da confiança mútua. Dos cidadãos nas suas polícias, emanação e instrumento do Estado de Direito democrático; dos polícias na sociedade que lhes cumpre servir, conscientes dos seus deveres e da importância da sua missão de segurança pública.

Para reforçar os níveis de segurança de uma dada sociedade é necessário agir com firmeza e determinação no combate à criminalidade, na prevenção criminal, na exibição de meios das forças policiais e na promoção da capacidade de acção e investigação das polícias. Mas é necessário, igualmente, despertar os cidadãos para melhores práticas em termos de segurança própria e colectiva, para um comportamento cívico mais patente no relacionamento com as forças de segurança e no entendimento do seu papel social.

Por isso, primeiro que tudo, considero relevante a adopção de uma estratégia de policiamento de proximidade, o que se traduz em maior presença física e visibilidade dos elementos policiais, mas que significa também a indispensabilidade de uma colaboração efectiva com os cidadãos. Para tal, o agente tem de reforçar o seu papel de garante da presença mais visível do Estado junto do homem da rua, tem que entrar nas lojas, conversar com reformados e jovens, ajudar deficientes, interpelar pacífica mas firmemente agitadores da tranquilidade pública, mesmo que inofensivos, controlar as condições de segurança nas escolas e recintos desportivos, manter a presença da autoridade pública em bairros problemáticos ou em zonas de práticas ilegais. A polícia tem de mostrar presença. Mostrar polícia é evitar o crime e tranquilizar o cidadão.

Neste quadro, temos em curso mecanismos de avaliação do desempenho dos agentes e guardas que atendem à componente patrulhamento de rua como elemento valorizador em termos remuneratórios e de progressão nas carreiras; por isso entendemos que a experiência de rua da polícia é elemento essencial para as novas responsabilidades em matéria de investigação criminal da GNR e PSP. Quanto ao modelo de organização e acção policial, considero ajustada a forma como, em Portugal, estão estruturadas as forças de segurança.

Temos uma força policial urbana, civil, a que chamamos PSP que tem perante si o desafio de enfrentar as novas tensões sociais urbanas, a agressividade dos subúrbios do desenraizamento, a apetência pelo consumo, tantas vezes conducente à prática criminal. A PSP enfrenta igualmente, muitas vezes, a incompreensão social, a falta de divulgação dos seus êxitos, das tarefas difíceis que lhe cabem, do sacrifício dos seus agentes. Sente duramente a dificuldade de adaptação dos

seus homens a uma realidade social em permanente transformação. Esforça-se permanentemente por conseguir o próprio ajustamento da sua acção às regras de um Estado de Direito.

Temos também uma força policial de génese e organização militar que, progressivamente, tem sabido evoluir para um modelo de acção mais conforme a exigência que recal sobre quem tem de assumir o encargo de se ocupar da segurança em noventa por cento do território nacional. É a GNR, que deve à sua capacidade de organização e à clarificação dos objectivos que lhe cumpre prosseguir o essencial da imagem de que desfruta. Os desafios são idênticos aos que a PSP enfrenta, pois a sociedade apresenta problemas e características comuns, tanto nas cidades como nas aldeias ou vilas, tantas vezes transformadas em zonas suburbanas desqualificadas e agressivas.

O dispositivo territorial da GNR, as suas Brigada Fiscal e de Trânsito, tem assumido com realismo e determinação novas competências e responsabilidades, seja na área do direito do Ambiente ou no trânsito, no combate ao tráfico de droga e ao contrabando, ou no patrulhamento periurbano e rural.

Mas as forças policiais são alvos fáceis em qualquer sociedade democrática em que a crítica é livre e tantas vezes irresponsável. E não podem responder no mesmo tom. Por isso é tão importante falarmos dos seus sucessos, das inovações tecnológicas que potenciam o seu trabalho, da modernização das suas estruturas. Para percebermos bem a dificuldade da sua missão, temos de compreender de maneira como os problemas se apresentam aos polícias, para percebermos como os polícias enfrentam esses problemas. Conta a polícia com a nossa solidariedade de cidadãos? Estamos todos disponíveis para ajudar a resolver problemas de segurança, denunciando actividade ilícita ou comportando-nos sempre dentro de padrões éticos exemplares? Sentimo-nos parte do nosso sistema de segurança interna, criado para servir os cidadãos e não para os perseguir? Ou sentimos sempre uma certa reserva quando somos interpelados por um guarda ou agente? Sentimo-nos inseguros perante um agente de autoridade? Ou vemos-lo como alguém que está ali para nos ajudar? Se não tivermos respostas adequadas, socialmente adequadas, a estas perguntas, poderemos compreender melhor (sem aceitar!) que os próprios guardas e agentes possam determinar-se por idêntica insegurança no relacionamento social, recebendo ser criticados por fazerem ou não fazerem algo. Por outro lado, o assinalável trabalho prosseguido pela Inspeção-Geral da Administração Interna ajuda, tanto pela acção inspectiva, como pela função pedagógica, a que a polícia de hoje seja melhor que a de ontem.

Em resumo: a nossa Polícia precisa de mais cidadania, dos seus próprios agentes e dos cidadãos a quem serve, para prover a uma maior segurança.

Mas não nos enganemos: a segurança pública não é trabalho exclusivo da polícia. É uma tarefa de cada um de nós, de todos os dias.

† «Público»

ACTUALIDADE

Mário Soares

CLINTON E A UNIÃO EUROPEIA



A recente viagem do Presidente Clinton à Europa, que ficará, provavelmente, como a última, até ao fim do seu mandato, apesar de mediática, como se esperava, não o foi tanto como seria legítimo pensar. Talvez, precisamente, por Clinton estar no fim do seu mandato e ainda pelo facto do seu candidato a sucessor, Al Gore, estar em baixo nas sondagens... E, no entanto, propôs e disse coisas importantes, quando os ventos parecem começar a mudar e um novo ciclo político mundial se abre. Com o regresso em força da política (relativamente à economia) e uma certa desvalorização - assim parece - do chamado «pensamento único» neoliberal... Ao receber o prémio Carlos Magno - máximo galardão europeu - das mãos de um Gerhard Schroeder renovado, na presença de figuras emblemáticas europeias como Jacques Delors, Vaclav Havel e o rei Juan Carlos de Espanha, Bill Clinton optou por não voltar a referir a preocupante iniciativa americana NMD (National Missile Defence) limitando-se a salientar a importância que atribui ao que chamou «as tarefas inacabadas da União Europeia», ou seja: o alargamento à Turquia, a «desbalcanização dos Balcãs» e potenciar que a Rússia faça «totalmente parte da Europa». O que significa - disse - «não cerrar à Rússia as portas da NATO nem da União Europeia». Eis um Clinton europeísta - quem tal diria? - a permitir-se apontar um vasto desígnio para a União Europeia que, aliás, não se afigura nada fácil de concretizar, num momento em que os principais responsáveis europeus parecem absorvidos tão-só no alargamento a leste, um pouco a sul e

numa reforma institucional, de pequena ambição, que a CIG (Conferência Intergovernamental) está a cozinhar com esmero para ser servida na Cimeira de Nice (Dezembro de 2000). Entretanto, Schroeder, antecipando a reacção de Putin, não deixou passar em claro a polémica iniciativa estratégica americana (NMD), a qual - segundo disse e bem - lhe suscita sérias dúvidas, uma vez que a sua razão de ser não se entende (a ameaça invocada é ridícula: a Coreia do Norte, o Irão ou o Iraque?) e o seu resultado só servirá para desencadear uma nova e perigosa corrida aos armamentos, para benefício do poderosíssimo complexo industrial armamentista americano. O candidato republicano Bush já saudou a iniciativa, que naturalmente reforçará o hegemonismo militar americano, criará divisões inevitáveis no quadro da NATO e da UE - como Solana, Chirac e Fischer salientaram - para não falar das fundas desconfianças que inevitavelmente levanta na Rússia, na China e no próprio Japão... Este Clinton é realmente uma personalidade política complexa que, com o seu comportamento (intelectualmente brilhante, emocionalmente imaturo, politicamente contraditório) tem desconcertado os seus interlocutores do mundo inteiro e, em especial, os europeus. Mas a América pós-Clinton, que aí vem, parece bem difícil de prever nos seus contornos e objectivos, mesmo quanto à continuidade do «boom» económico-financeiro que tem sido, inegavelmente, um dos principais sucessos da sua gestão.

Com efeito, Clinton, depois de ter

animado, com o seu ostensivo apreço por Anthony Blair, a chamada «terceira via» - com o objectivo irrealista de aproximar a social-democracia europeia da democracia liberal americana - esteve presente e activo na Conferência de Florença, organizada por D'Alema, repleta de boas intenções mas sem resultados práticos efectivos (além da queda do próprio Governo de D'Alema...), eis que muda de parceiro e elege Gerhard Schroeder como anfitrião e participa activamente na Conferência de Berlim, ao lado de Jospin, Wim Kok, Guterres, Costas Simitis (Grécia), Fernando Henrique Cardoso, Ricardo Lagos (Chile), Fernando De La Rúa (Argentina), Thabo Mbeki (África do Sul), Jean Chrétien (Canadá), Goran Persson (Suécia) e Helen Clark (Nova Zelândia), para com eles reflectir em comum sobre uma governação progressista (?) para o século que agora entra. Uma reunião que mobilizou cerca de duzentos sociólogos, cientistas políticos e assessores governamentais de várias naturezas para ajudar os líderes políticos a definir a relação complexa, nos tempos que correm, entre «Governo e Modernidade» numa perspectiva dita progressista (a expressão «terceira via» foi abandonada, apesar da presença de Anthony Giddens, na ausência significativa de Blair, bem como o «novo centro» de Schroeder, porque agora o que está a dar é mesmo o regresso...). O comunicado que resultou desse magno conclave informal social-progressista está cheio de boas intenções, mas não tem quaisquer resultados práticos. Ninguém esperaria que tivesse! Mas representa um

esforço, sem dúvida. Reconhece a globalização «como uma realidade económica, social e cultural; mas, ao mesmo tempo, considera que não é justo que lhe seja permitido que, em seu nome, tudo aconteça». Assim, os signatários, acreditam que as economias de mercado devem ser combinadas com a responsabilidade social, em ordem a criar, por toda a parte, crescimento de longo prazo, estabilidade e pleno emprego, a promover a justiça social e a protecção do ambiente. Bons propósitos, sem dúvida. O pior é como compatibilizar tais objectivos com a concentração acelerada da riqueza, nas mãos de cada vez menos companhias transnacionais, e com o empobrecimento geral de mais de dois terços do planeta... Ora quanto a isso, o comunicado de Berlim é, naturalmente, omisso.

Clinton, de Berlim, foi para Moscovo. Não se entendeu com Putin, quanto aos novos mísseis americanos a instalar no Alasca, nem, obviamente, quanto aos desígnios progressistas da Conferência de Berlim. Esqueceu-se de Chechénia e da sua cruzada em defesa dos direitos humanos. Puderam em tais situações o critério dos dois pesos e das duas medidas dá muito jeito. E foi, mais uma vez, o caso...

Por seu lado, Blair (quem sabe se inspirado por Clinton) faz comunicados com Aznar (?) para «salvar o euro», de que aliás o Reino Unido ainda não faz parte. Os laços da antiga solidariedade socialista estão a ficar tão ténues que parece aos responsáveis serem válidos toda a espécie de acordos, desde que aparentemente dêem votos. Até quando?

In «Expresso»

PERSPECTIVA

Helena Roseta

LISBOA EM VIAS DE EXTINÇÃO



Já se sabia que Lisboa estava a perder a população, mas talvez não se tivesse noção do quanto. Em 1980, a cidade tinha 850 mil habitantes. Dez anos depois, estava nos 670 mil. Agora, segundo previsões incluídas num estudo publicado no «Diário de Notícias», registará pouco mais de 530 mil habitantes. Esta sangria demográfica é acompanhada de crescimentos exponenciais nas periferias. Ou seja, Lisboa está a expulsar os seus jovens para cada vez mais longe, enquanto se terciariza e aparentemente se «moderniza». As consequências do conhecimento de todos: congestionamento nos acessos, horas perdidas para milhares de cidadãos, degradação patrimonial de zonas envelhecidas, desertificação de alguns

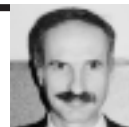
bairros durante a noite. A invasão nocturna de certas zonas *in* não representa mais vida na cidade. É apenas uma sobreocupação em certas horas, por vezes em conflito com o dia-a-dia pacato dos habitantes idosos. Esta situação não é exclusiva de Lisboa, aconteceu em muitas outras cidades que entraram em declínio por mudança de vocação predominante. Mas Lisboa é a capital do País. E a perda demográfica acelerada que se está a verificar torna-se, por isso, motivo de preocupação nacional. Costuma apontar-se como causa primeira deste êxodo populacional o congelamento das rendas de casa, decretado em 1974, pleno PREC, o qual terá motivado o colapso do mercado de arrendamento. Esquece-se, contudo, que na cidade de Lisboa as rendas estavam congeladas há décadas,

por decisão de Salazar. E que muitos outros factores contribuíram para que a tendência centrífuga não se tenha invertido, pelo contrário.

No início da década de 90, com Sampaio na Câmara Municipal, foi aprovado o primeiro Plano Estratégico de Lisboa. Uma das prioridades era exactamente contrariar o desaparecimento da habitação na cidade e procurar atrair camadas jovens para aqui residir. Mas não houve qualquer cruzamento das políticas desde então praticadas, a nível central e local, para alcançar este resultado. Não basta proibir a transformação de prédios de residência em escritórios. Era necessário que o crédito à habitação e os incentivos à reabilitação tivessem sido conjugados com uma política de solos determinada. E que a melhoria de

acessibilidades tivesse em conta a fixação de famílias na cidade. Tal não aconteceu e continua a não acontecer. Não há articulação entre medidas fiscais, financeiras e administrativas para beneficiar o rejuvenescimento da capital. As bonificações para habitação jovem deram origem a abusos, em vez de serem canalizadas para as zonas que delas deviam ter beneficiado. A própria Expo, apontada como paradigma de uma nova forma de habitar, ficou fora do alcance das famílias de recursos médios. O resultado está à vista. Gastamos cada vez mais dinheiro para perder cada vez mais tempo em engarrafamentos cada vez maiores. E vemos, impotentes, Lisboa a entrar em vias de extinção.

In «Visão»



RTP1: O PREÇO DE UMA PRIVATIZAÇÃO

A resposta de Eduardo Prado Coelho ao meu artigo sobre a televisão na era digital constitui uma estimulante boleia para um regresso ao tema da RTP.

Recordo ao leitor menos atento o que estava em causa nesta pequena polémica: EPC contesta que se gastem milhões e milhões de contos (ou, como já diz no segundo artigo, «rios de dinheiro») com a RTP1, defendendo a sua privatização. Pela minha parte, reitero o que tenho afirmado: a privatização da RTP1 representaria um tremendo erro. Um erro com consequências muito negativas não apenas para o serviço público de televisão, mas também para as televisões comerciais e até para a indústria audiovisual no seu conjunto.

Começo pelo argumento económico, de resto, o mais utilizado. Foi esse, aliás, o eixo fundamental da argumentação do PSD quando recentemente a propôs, sem qualquer êxito, na Assembleia da República.

Se a RTP viesse a ser privatizada, aparentemente a empresa pouparia uma dezena de milhões de contos, uma vez que é essa actualmente a diferença entre receitas e custos do canal. Contudo, a questão não é tão linear.

A RTP1 é a única fonte de receitas relevante da empresa, uma vez que os outros cinco canais não têm praticamente publicidade, nem emitem uma programação que interesse aos anunciantes. Ainda assim, por várias razões, o canal é deficitário. A RTP1 tem limites de publicidade (7,5 minutos por hora em vez dos 12 minutos da SIC e da TVI), uma estrutura demasiado pesada e uma programação mais cara do que a da concorrência, devido nomeadamente à informação regionalizada (sete noticiários diários de 25 minutos em diferentes regiões), à ficção portuguesa e à programação desportiva.

Por outro lado, a saída da RTP1 do quadro da empresa obrigaria a RTP Internacional e a RTP África a comprarem muitas horas de programação, até agora disponibilizada sem custos por aquele canal. Ao mesmo tempo, a RTP2, com novas responsabilidades, veria aumentado o seu espaço de emissão e necessariamente as suas despesas. Lá se ia a poupança dos milhões de contos ou dos rios de dinheiro... É claro que a RTP2 convertida, na versão que nos é proposta, em canal único e de mágica qualidade que agradaria simultaneamente a gregos e troianos, poderia voltar a ter acesso ao mercado publicitário. Mesmo sem ter em conta que um canal deste tipo tem um interesse comercial limitado, a ideia seria ruína para todos os operadores.

Hoje, o mercado publicitário televisivo divide-se basicamente por dois canais privados e, com limites, pela RTP1. Como se sabe, e decorre de qualquer análise à situação do sector, não estamos mesmo assim perante uma situação brilhante. Isto,



mesmo sem ter ainda em conta a fragmentação das audiências decorrente dos novos canais do cabo e do anunciado digital terrestre.

Um eventual quadro de concorrência aberta entre três canais comerciais (SIC, TVI e uma RTP1 privatizada), ou numa versão RTP2 com publicidade, entre quatro, seria uma pura irresponsabilidade, com consequências desastrosas para todas as empresas, quer do ponto de vista económico, quer quanto à qualidade da programação.

Uma concorrência acrescida pelas audiências e por um mercado publicitário insuficiente teria uma consequência óbvia, que todos os estudos sobre televisão apontam: o nivelamento por baixo da qualidade da programação.

Além de desastrosa para a RTP e para os operadores privados, uma privatização da RTP1 afectaria ainda gravemente muitos produtores, uma vez que diminuiriam seguramente as horas de difusão de produção independente portuguesa, para dar lugar muitas vezes a «enlatados» estrangeiros bem mais baratos e de êxito fácil.

Contudo, a questão não é apenas económica. Tem sobretudo a ver com o tipo de televisão que se pretende. Por outras palavras: privatizada, a RTP1 seria melhor? E a concorrência ofereceria melhor televisão? No que verdadeiramente interessa - a programação colocada à disposição dos portugueses - estou absolutamente convicto de que não seria. Esse novo canal comercial teria certamente muito menos informação, menos ficção portuguesa, mais «enlatados» entre outras características que na generalidade dos

países diferenciam as televisões de serviço público das comerciais.

Eduardo Prado Coelho não poupa a programação da RTP1. Terá as suas razões. A programação da RTP1 não tem atingido, muitas vezes, a síntese adequada entre qualidade, inovação e popularidade. Pressionada pela luta pelas audiências - ninguém aceita facilmente que os contribuintes subsidiem um canal generalista para um público reduzido -, a RTP1 teve muitas vezes uma programação imediatista e conservadora, onde várias tentativas para fazer diferente e melhor acabaram por fracassar face ao rolo compressor da SIC: muitas horas de novelas da TV Globo e indiscutível agilidade e inteligência na atracção dos públicos maioritários.

Importa, no entanto, não esquecer as óbvias diferenças entre RTP1 e operadores privados. A RTP1 exhibe mais horas de informação, mais horas de programação relacionada com cultura e conhecimento, mais programas educativos para crianças, mais horas de ficção portuguesa do que qualquer deles.

EPC afirma ainda que nos últimos cinco anos o «serviço público televisivo atingiu um vertiginoso grau de descredibilização». Espanta-me esta insólita desculpabilização da gestão cavaquista da RTP. Pela minha parte, contraponho a EPC alguns dados que ele não deveria esquecer.

O serviço público de televisão é hoje politicamente mais independente, tem um quadro regulamentar muito mais claro, presta um conjunto de serviços mais amplo (RTP África, teletexto, informação regionalizada, legendagem para deficientes auditivos, etc.) e emite uma programação

com mais pendor formativo e com maior qualidade, mesmo que isso tenha conduzido a uma quebra de audiências, de resto, bem mais limitada do que a verificada entre 93 e 95.

O actual modelo de serviço público com dois canais, um generalista e mais popular e o outro destinado a minorias, tem ainda - em toda a Europa e também em Portugal - potencialidades por explorar, pelo menos enquanto as possibilidades oferecidas pela televisão digital não incentivarem um desdobraimento temático da actual RTP2. Sei que a memória das pessoas é curta. Sobre futebol e televisão é mesmo curtíssima, como se sabe. Nada melhor assim do que comparar a programação da RTP1 de 1994 com a de 1998, por exemplo. O tempo de emissão consagrado à informação nacional aumentou quase para o dobro (960 para 1643 horas); o mesmo aconteceu em relação à ficção nacional (284 para 459 horas); o espaço consagrado a programas documentais e eruditos passou de 52 para 74 horas. Em contrapartida, diminuiu o tempo relativo a programas recreativos: 1308 horas em 94, 1070 em 98.

Uma conclusão deve extrair-se desta comparação: a função formativa e informativa da RTP1 valorizou-se em detrimento da função de entretenimento. Dir-se-á que estas estatísticas contam pouco e que a qualidade nem sempre acompanhou a quantidade. É possível, mas deveriam pelo menos impedir as pessoas mais cultas e responsáveis de cederem à tentação de seguirem pelo caminho aparentemente mais fácil: a condenação sem apelo nem agravo da RTP1.

In «Público»

IDEOLOGIA

Manuel Alegre

GOVERNAR À ESQUERDA



Quer-se fazer crer que o PS virou à esquerda e se prepara para o pior de todos os pecados, uma aliança com o PCP. Tal não corresponde à verdade, nem é isso o que significa a aprovação da descriminalização da droga e da lei de bases da Segurança Social. O que a votação dessas leis veio demonstrar é que continua a haver direita e esquerda. E é a esta que o PS pertence, apesar de derivas e do peso excessivo no seu núcleo dirigente de uma «terceira via» que no último congresso não ousou dar a cara e se abrigou na moção do secretário-geral. Como a memória é curta, lembro que, na VI Convenção do PS, em Maio de 96, subscrevi, com Medeiros Ferreira e outros, uma proposta contra a orientação, para que apontasse o Livro Branco de privatização da Segurança Social. Afirmo então que o modelo de sociedade neoliberal com uma mão cria a exclusão e com a outra oferece a caridade e, por isso, pretende o desmantelamento do Estado-providência para em seu lugar criar uma espécie de «assistencialismo caritativo» ou de «segurança social dos pobres». Chamei também a atenção para o facto de o financiamento do sistema de segurança social ser um problema de ordem fiscal. Se não há recursos suficientes é porque aqueles

que deviam pagar não cumprem. Há cidadãos que pagam demais e deveriam talvez pagar menos. Mas há, sobretudo, alguns que pagam de menos e deviam pagar mais. Segundo o relatório do OE para 1999, Portugal é, na União Europeia, um dos países em que os impostos sobre rendimentos e lucros são, comparativamente, mais baixos, enquanto os impostos sobre bens e serviços, com destaque para o IVA, se situam muito acima da média europeia. Os impostos sobre rendimentos do trabalho são claramente superiores aos impostos pagos pelas empresas. Por isso manifestei ainda a opinião de que não haveria reforma do sistema de segurança social sem uma reforma do sistema fiscal e que o Estado não poderia pôr em causa o sistema público nem demitir-se da sua função redistribuidora da riqueza e correctora da desigualdade. A solução socialista, disse, é esta, não outra. Fui então criticado por alguns membros do partido e do Governo. Mas a moção «Falar é preciso», aprovada no Congresso de 1999, retomou a mesma posição. A lei de bases da Segurança Social e a reforma fiscal anunciada por António Guterres e Pina Moura parecem confirmar que não podia ser outra a solução de um Governo socialista e que, como então declarei, é pelas políticas sociais que passa a grande linha divisória entre a

esquerda e a direita, entre socialistas e conservadores.

A criação de um tecto contributivo, proposta por Paulo Portas, significaria que as pessoas de baixo rendimento continuariam a descontar para o sistema público, as de maiores posses só o fariam até um certo montante, ficando o grande bolo para as seguradoras. Tal conduziria à descapitalização do sistema de segurança social. Teríamos um sistema público condenado a prazo para os pobres e um sistema privado para os ricos. Foi esta solução que o PS e as restantes forças de esquerda rejeitaram, foi contra ela que eu e outros socialistas fizemos ouvir a nossa voz na Convenção de Maio de 1996 e no Congresso de 1999. Dizia o general De Gaulle que às vezes comete-se o erro de ter razão demasiado cedo. Tem-me acontecido. Mas confesso: fiquei contente com a convergência dos votos de esquerda naquelas matérias e pelo facto de o PS não ter seguido as pressões populistas e demagógicas da direita. Compreende-se que a não cedência do PS tenha crispado a direita. Acontece sempre que há uma separação de águas. Ressuscita-se o fantasma da frente popular e vai-se fazer queixa ao Presidente da República. Não foi só para alguns

comunistas que o muro ainda não caiu, ele continua de pé em muitas cabeças da direita portuguesa. Basta o PS não capitular para logo se ouvirem trombetas anunciando o apocalipse. Como se os socialistas não pudessem fazer senão a política e as alianças que a direita lhes consente. Ou como se as alianças à direita fossem sempre naturais e as convergências à esquerda uma perversão.

Não, o PS não virou à esquerda, o PS é de esquerda, embora haja dentro dele quem se arriepe com esta palavra. A esquerda é a casa do PS, a sua morada. Por isso, tal como na Convenção de há quatro anos, volto a lembrar Olof Palme: fazer a revolução é fácil, difícil é fazer as reformas. Haverá reformas socialistas que não se façam pela esquerda? Continuo a pensar que os socialistas não devem ceder às pressões demagógicas, nem a modas, nem a uma falsa modernização da esquerda que outra coisa não é do que a sua abdicação. Numa democracia moderna os direitos políticos são inseparáveis dos direitos sociais. Não há uns sem os outros. Não se trata de virar à esquerda, trata-se de não sair dela. Ainda que, estrategicamente, o PS vá continuar, assim o creio, voltado para o centro.

In «Expresso»

REFLEXÃO

José Medeiros Ferreira

IMPOTÊNCIAS EUROPEIAS



Os maiores países da União Europeia ainda não compreenderam que só conseguirão apresentar-se mais fortalecidos no sistema internacional caso mantenham a coesão de todos os Estados membros e da maior parte dos candidatos à adesão. Qualquer tentativa de directório que ofenda os restantes parceiros e aliene a confiança entre os demais é um absurdo comportamental, tendo em conta os efeitos perversos prováveis. Se bem entendo os intentos, trata-se de afirmar a União Europeia no mundo sem cuidar dos efeitos internos dessa nova política. E quer se trate das reformas institucionais a operar no âmbito da Conferência Intergovernamental CIG, quer se trate da concepção das políticas comuns de segurança e defesa, tudo parece rodar à volta dos anseios, e dos receios, do eixo franco-alemão e das variantes agregações a compor com o Reino Unido, Itália e também com a Espanha. É um mau caminho e deve ser denunciado quanto antes. Não é pela reunião mais ou menos acertada entre quatro ou cinco das médias potências continentais que a Europa conseguirá responder aos desafios que tem pela frente. Sobretudo se essa concertação gerar maiores desigualdades entre os restantes membros da União Europeia. Um directório de Estados no interior da UE sob a cobertura conceptual de «cooperações

reforçadas», do aumento da capacidade decisional no interior do Conselho de Ministros da Comunidade através do critério populacional na nova ponderação de votos, da captura da Comissão por um grupo de países detentores da capacidade de orientar o que se deve entender por interesse geral, eis o que alguns pretendam alcançar já na CIG em curso. E eis o suficiente para desleixar o laço de confiança que, bem ou mal, até aqui tem mantido coeso o sucessivo crescimento da União Europeia. O que se prepara é o retorno à política das «potências principais» característica do período de entre duas guerras. Ora, mesmo que alguns pequenos Estados considerem não ter outra alternativa que o esforço nacional constante para acompanhar o núcleo duro no interior da UE (e há um vasto e variado grupo de responsáveis em Portugal de acordo para que assim seja), outros haverá que procuração prevenir-se das consequências de uma maior desigualdade na capacidade de decisão e de defesa dos interesses próprios caso as reformas institucionais e de funcionamento anunciadas venham a ter aplicação prática. Nomeadamente o grupo nórdico, composto pela Dinamarca, Suécia e Finlândia, tenderá a reorientar-se numa lógica regional que é a sua e que pode acentuar muito mais a dimensão báltica do que a continental europeia. Essa

possibilidade de subsistemas regionais no interior da União Europeia, sendo passível de originar linhas fracturantes, nem sequer é a mais perigosa para a coesão interna da UE. Mas se o referido núcleo duro promover ao mesmo tempo uma política externa extremamente activa e uma política de segurança e defesa assente em antigas frustrações mais fortes do que outras rivalidades, então estarão criadas todas as condições para uma fragmentação da União Europeia por objectivos. Na encruzilhada destes caminhos situa-se o futuro alargamento, objecto dos exercícios mais retorcidos sobre prioridades, calendários e reformas a encetar para os albergar. Se até aqui, e enquanto países candidatos, os Estados da Europa central e oriental estariam por quase tudo desde que a União Europeia os acolhesse, os desenvolvimentos recentes, como a proposta de federalismo para os mais fortes, de Joschka Fischer, e a de uma defesa militar comum, nos termos franceses, poderão provocar realinhamentos mais pró-americanos e outros pró-russos. Países como a República Checa, a Hungria e a Polónia estarão certamente hoje mais seguros no quadro da Aliança Atlântica do que no quadro de expedições militares ad hoc a promover por concerto entre um directório de países europeus. Os aliados militares mais fortes devem estar suficientemente perto para as emergências

e necessariamente longe no dia-a-dia dos povos. Mais cedo ou mais tarde se apurará da verdadeira vontade dos países candidatos. Nem é imaginável que uma União Europeia governada por um directório de países com interesses internacionais diversificados funcionasse melhor do que com a actual arquitectura decisional. Aliás, o espírito que levaria ao directório levaria também ao sistema clientelar em relação ao múltiplo tumultuoso em que se tornaria o grupo dos Estados mais pequenos, de novo em busca de protectores e procuradores entre as «potências principais».

Mas essa busca de aliados internacionais não se esgotaria nas combinações possíveis entre países do núcleo duro europeu. Ao primeiro interesse nacional ameaçado pelas novas potências principais em conjunto, o reflexo mais do que natural entre os Estados com capacidade estratégica seria procurar aliados ainda mais fortes do que os polícias do bairro.

É por isso que as próximas reformas institucionais, as principais cooperações reforçadas a encetar, e sobretudo a política europeia militar, não podem afectar a coesão entre os Estados membros da UE. Nem favorecer aquilo que se pretende evitar: a intromissão de potências extra UE nos assuntos desta.

In «Diário de Notícias»



QUE SE PASSA

Mary Rodrigues

Festas em Albufeira

As Festas de Verão do Futebol Clube de Ferreira acontecem este fim-de-semana, no Campo da Nora.

Assim, amanhã pelas 21 horas, não perca a actuação do duo Taky Taly. Duas horas e 45 minutos mais tarde entrarão em cena Miguel e André.

No sábado, dia 29, às 21 horas assista ao espectáculo de Moura Jovem. Já passadas as 23 horas terá oportunidade de ver e ouvir Helder Kuduro.

A Banda da Sociedade Musical e Recreio Popular de Paderne actuará, no dia 30, às 10 e 30, no Mercado dos Caliços.

No primeiro dia de Agosto, o Largo Engenheiro Duarte Pacheco servirá de palco da apresentação do grupo folclórico brasileiro Os Lusíadas, a partir das 22 horas.

Teatro em Amarante

Até ao dia 30, a cidade vive a experiência de uma iniciativa sem precedentes em termo de animação. Trata-se da primeira Mostra de Teatro - T'Amarante, cujos espectáculos decorrem sempre a partir das 22 horas, nos Claustros do Museu Municipal.

No âmbito deste certame, assista a «Uma Questão de Tempo», de Jaime Salazar, pela Companhia de Teatro de Portalegre. Amanhã, não perca «Chico, cobra e Lazarino», de Racine Santos, pelo CAIRTE do Porto.

«As Mulheres de Atenas», de Augusto Boal (grupo OFITA - Amarante); e Brincadeiras a Retalho» (grupo ArtImagem - Porto) são as duas peças que poderá apreciar no sábado, dia 29 e no domingo dia 30, respectivamente.

A Igreja do Convento de São Gonçalo acolhe, no dia 2 de Agosto, às 18 horas, o Coro do Mosteiro de Grijó, que fará uma interpretação de música polifónica.

Dulce em Aveiro

Uma das vozes mais apreciadas de Portugal, a de Dulce Pontes, ecoará, sábado, dia 29, a partir das 22 horas, no Largo do Centro Cultural e de Congressos.

Música em Cascais

Amanhã, às 21 e 30, a Orquestra de Câmara de Cascais e Oeiras, sob a direcção de Nicolay Lalov, recriará, no Auditório Parque Palmela, «Três Imagens de Nova Friburgo», de Krieger; «Canto de Amor e de Paz», de Santoro; «Concerto para Cordas e Percussão», de Guarnieri; «Estigma», de Almeida Prado; e «Bachianas Brasileiras 2», de Villa-Lobos.

Na segunda-feira, dia 1, à mesma hora e no mesmo recinto, haverá um outro concerto, desta feita protagonizado pelo pianista Luiz de Moura Castro.

Filmes em Coimbra

O Duo Dièse tornou-se Les Dièses aquando da saída do seu novo álbum. Desde há quatro anos, eles cruzaram muitos caminhos de França, mas hoje, às 22 horas, eles estarão na Praça 8 de Maio. O grupo de fado Saudade Coimbra apresenta-se, no dia 1 de Agosto, no mesmo local e horário.

«The Perfect Storm», um filme de aventura e acção realizado por George Clooney; e «The Flintstones In Viva Rock Vegas», de Mark Addy são as produções cinematográficas que poderá ver nas salas de cinema conimbricenses durante todo o mês de Agosto.

Folclore em Fafe

Amanhã será inaugurada, na Galeria Municipal, a exposição de fotografia «Um Olhar sobre Fafe».

A mostra poderá ser visitada, até ao dia 30 de Setembro, de segunda a sexta-feira, das 9 horas às 12 e 30; ou das 14 horas às 17 e 30. Aos sábados a exibição será feira entre as 14 horas e as 17 e 30.

O XVI Festival Internacional de Folclore de Fafe começa no sábado, dia 29, contando com a participação do Grupo Folclórico da Casa do Povo de Arões, e dos Ranchos Folclóricos de São Romão do Coronado, das Lavradeiras do Carreço, Fogueteiros da Arada, de Resende, Grupo e Alegre - Balouca - Leiria, e do Centro cultural de Marco de Canaveses.

Actuará ainda o Grupo Folclórico de São Roque de Pontevedra (Espanha).

Todos os espectáculos realizam-se na Arcada, às 21 e 30.

Ópera em Faro

Hoje, o Faroshopping será palco, a partir das 21 e 30, de um espectáculo de danças de salão, a cargo do grupo de Danças de Salão da Escola Secundária João de Deus. A autarquia local apresenta, no Largo da Sé, no próximo dia 1 de Agosto, a ópera «Carmen», de Bizet, interpretada pela Orquestra do Norte e pelo Coro da Ópera da Silésia.

A versão concerto desta ópera, com entrada gratuita, abre a programação dos Serões Culturais da CMF e tem entrada livre.

Comédias em Guimarães

O Cinema São Mamede exhibe, amanhã e no sábado, «O Patriota», de Roland Emmerich, com Mel Gibson.

«Nada do Outro Mundo» é o título do espectáculo humorístico que os Actores Produtores associados levarão, no dia 29, a pelas 22 horas, à Praça de São Tiago. O Paço dos Duques de Bragança foi o local escolhido para que este sábado, a partir das 21 e 30, se realize uma Verbena Dançante.

Silence em Lisboa

O grupo português Silence 4, que no princípio deste mês entrou directamente para o primeiro lugar do top com o seu último álbum «Only Pain Is Real», actua hoje na Aula Magna da Reitoria da Universidade Clássica de Lisboa.

A partir dos dia 31 e até 12 de Agosto, a sala de Ensaio e o Foyer do Centro cultural de Belém acolhem o 4º Concurso Internacional de Dança e Teatro.

De 1 a 12 de Agosto, a Fundação Calouste Gulbenkian promove o certame «Jazz em Agosto», a decorrer nos seus espaços culturais.

Rancho em Montemor-o-Velho

O Rancho Folclórico do centro Cultural e Recreativa de Verride actua, este domingo, dia 30, às 17 horas, no Castelo.

Uma hora mais tarde será a vez do Grupo de Teatro do centro Cultural do Moinho da Mata dar que falar.

Bandas em Óbidos

Bandas nacionais e estrangeiras actuarão ao vivo na cerca do Castelo, este sábado, dia 29, a partir das 22 horas, no âmbito do Festival de Música de Verão.

Torneio em Portimão

O Encontro de Bandas Cívicas, uma organização da Sociedade Filarmónica Portimonense, decorre sábado, no Auditório Municipal.

No mesmo dia, mas no Clube Recreativo do Chão das Donas, assista a um animado e renhido torneio de dardos.

Espectáculos em Sintra

Os espectáculos da Lucinda Childs Dance Company, inseridos no programa das Noites de Bailado, realizam-se amanhã e no sábado, às 21 e 30, nos jardins do Hotel de Seteais.

Moscow Classical Ballet
Stravinsky
 A Sagração da Primavera
 O Beijo da Fada
 11, 12 e 13 de Agosto, 21 eh30
 Jardins do Hotel-Palácio de Seteais
SINTRA

SUGESTÃO

PORTUGAL FASHION 2000

Top models internacionais participam, hoje, no Portugal Fashion 2000, em Matosinhos, onde serão apresentadas as colecções criadas pelos estilistas para comercialização.

Segundo a Direcção da Associação Nacional de Jovens Empresários, este espectáculo, que se realiza no Centro de Desportos e Congressos de Matosinhos, funcionará como uma antecipaçoão do Outono Inverno de 2000/2001.

O espectáculo marcará também o anúncio da abertura de uma loja Portugal Fashion em Matosinhos.

O espectáculo é participado pela Câmara de Matosinhos, que aprovou, no passado dia 10, uma verba de 25 mil contos para financiar a produção do evento.

«A Portugal Fashion apresenta-se como um evento que adquiriu já uma muito apreciável envergadura nacional e internacional», afirma-se num comunicado da autarquia recentemente distribuído, onde o Executivo municipal justifica a aposta neste evento com o facto de Matosinhos possuir uma escola superior onde um dos cursos principais é o de estilismo.

A não perder!

POEMA DA SEMANA

Seleção de Carlos Carranca

Portugal

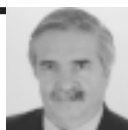
Avivo no teu rosto o rosto que me deste,
 E torno mais real o rosto que te dou.
 Mostro aos olhos que não te desfigura
 Quem te desfigurou
 Criatura da tua criatura, serás sempre
 o que sou.

Eu sou a liberdade dum perfil
 Desenhado no mar.
 Ondulo e permaneço.
 Cavo, remo, imagino
 E descubro na bruma o meu destino
 Que de antemão conheço:

Teimoso aventureiro da ilusão,
 Surdo às raízes do tempo e da fortuna,
 Achar sem nunca achar o que procuro,
 Exilado
 Na gávea do futuro,
 Mais alto ainda do que no passado.

Miguel Torga

In «Diário XII»



GALP E CIMPOR

1. A privatização da GALP, inserida recentemente num processo de internacionalização, deu origem à criação de uma Comissão de Inquérito na Assembleia da República, por proposta de deputados opositoristas. Interessará reflectir sobre as questões sociais deste processo, em termos de estratégia económica.

Com o objectivo de defender os interesses nacionais, o Governo determinou a criação de uma categoria de acções privilegiadas no capital da GALP, maioritariamente detidas pelo sector público e que garantem nomeadamente que as deliberações nunca possam pôr em causa o abastecimento do país em combustíveis essenciais ou autorizem a celebração de contratos de subordinação. E no quadro do processo de internacionalização e privatização, a selecção da empresa italiana ENI e da empresa espanhola Iberdrola como parceiros

estratégicos internacionais teve a ver com a necessidade e a vantagem de nos sectores da electricidade e dos petróleos, dispor de parceiros com "Know-how", credibilidade e implantação nos mercados que permitam que a Galp intervenha com eficácia no mercado mundial da energia, nomeadamente em Espanha bem como no Brasil e noutros países lusófonos.

2. - Como se tem desenrolado a estratégia internacional e nacional da CIMPOR nos últimos anos, nomeadamente sob a presidência do eng. António Sousa Gomes?

O que procura a CIMPOR evitar? O desmembramento dos seus activos industriais e a liquidação de uma estratégia consequente.

Efectivamente, desde há oito anos que a CIMPOR desenvolve uma estratégia consolidada de internacionalização, investindo nomeadamente em

Espanha, Marrocos, Tunisia, Egipto, Moçambique e Brasil. Procura, portanto evitar (o que é legítimo) o seu desmembramento, não para evitar que outro grupo português assumira o seu comando mas para que na estratégia internacional de um importante concorrente, se venha a destruir este relevante centro de decisão empresarial, sediado em Portugal, em favor dessa estratégia e da realização de alguns ganhos financeiros, para um grupo internacional, de cúpula e portavozes lusos, mas sediado em Madrid e em conjugação com capitais extra-ibéricos.

3. - Há que respeitar o funcionamento dos mercados e as regras internacionais de investimento. Mas é tão ou mais importante não abdicar da função reguladora do Estado (no quadro das regras da União Europeia) e da manutenção e reforço de centros de decisão empresarial em Portugal.

«Estou totalmente disponível para discutir o modelo federal na Europa»

António Guterres
Público, 24 de Julho

«O euro valorizar-se-á face ao dólar quando as pessoas acreditarem que a Europa se desenvolverá tão bem ou melhor que os Estados Unidos»

Idem, ibidem

«Lisboa está a expulsar os seus jovens para cada vez mais longe, enquanto se terciariza e aparentemente se "moderniza"»

Helena Roseta
Visão, 20 de Julho

«As consequências são do conhecimento de todos: congestionamento nos acessos, horas e horas perdidas para milhares de cidadãos, degradação patrimonial de zonas envelhecidas, desertificação de alguns bairros durante a noite»

Idem, ibidem

«Agora as repariguinhas do "shopping" transformaram-se em tias. E falam imenso bem»

Rui Veloso
A Capital, 20 de Julho



Por favor remeter este cupão para:
Portugal Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Portugal Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 2 NÚMEROS	12 MESES 4 NÚMEROS
Continente	500\$	800\$
Regiões Autónomas	700\$	1.200\$
Macau	1.300\$	2.400\$
Europa	1.500\$	2.900\$
Resto do Mundo	2.300\$	4.400\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.



Por favor remeter este cupão para:
Acção Socialista
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa

Quero ser assinante do Acção Socialista na modalidade que indico. Envio junto o valor da assinatura.

Quero renovar a assinatura

Cheque	Vale de correio
6 meses	12 meses
Valor	\$

Nome _____

Morada _____

Localidade _____

Código Postal _____

ASSINATURAS	6 MESES 26 NÚMEROS	12 MESES 52 NÚMEROS
Continente	1.650\$	3.250\$
Regiões Autónomas	2.400\$	4.600\$
Macau	4.600\$	9.100\$
Europa	5.500\$	10.800\$
Resto do Mundo	8.500\$	16.600\$

O valor das assinaturas de apoio é livremente fixado pelos assinantes a partir dos valores indicados.

Ficha Técnica

Ação Socialista
Órgão Oficial do Partido Socialista
Propriedade do Partido Socialista
Director
Fernando de Sousa
Redacção
J.C. Castelo Branco
Mary Rodrigues
Colaboração
Rui Perdigão
Secretariado
Sandra Anjos
Paginação electrónica
Francisco Sandoval
Edição electrónica
Joaquim Soares
José Raimundo

Redacção
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Administração e Expedição
Avenida das Descobertas 17
Restelo
1400 Lisboa
Telefone 3021243 Fax 3021240
Toda a colaboração deve ser enviada para o endereço referido
Depósito legal N.º 21339/88; ISSN: 0871-102X
Impressão Imprinter, Rua Sacadura Cabral 26, Dafundo
1495 Lisboa **Distribuição** Vasp, Sociedade de Transportes e Distribuições, Lda., Complexo CREL, Bela Vista, Rua Táscoa 4.º, Massamá, 2745 Queluz